

PROPOSTA

O Papel das universidades na construção da economia solidária no Brasil

Ana Dubeux

Economia Solidária, incubadoras universitárias e processo educativo

Maria Nezilda Culti

Contribuições ao Processo de Institucionalização do PRONINC

Ana Paula de Moura Varanda

Revista Trimestral de Debate da Fase

JAN/MAR - 2007

ANO 31 - Nº 111 - R\$ 12,



Economia Solidária e Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares



42

Crispim Moreira

Entrevista

A relação possível entre programas de transferência de renda



43

Paul Singer

Entrevista

Os desafios das incubadoras universitárias



Editorial

Esta edição de Proposta põe em pauta o tema da economia solidária na perspectiva da incubação de cooperativas populares. A atividade de incubação de empreendimentos populares vem ganhando status de política pública nos últimos anos com a reativação do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (Proninc) e com a articulação de dezenas de incubadoras por todo o país. Este processo se enquadra no esforço de movimentos sociais, redes, fóruns e gestores públicos para estruturar a economia solidária como alternativa de inclusão produtiva.

Iniciado em 1998 para apoiar incubadoras de cooperativas em seis universidades, o Proninc nos dias de hoje apóia 40 universidades em seus esforços de promover cooperativas usando metodologias de incubação. O comitê gestor do programa conta com órgãos públicos e organizações sociais – Secretaria Nacional de Economia Solidária, Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Financiadora de Estudos e Projetos, Banco do Brasil, Fundação Banco do Brasil, Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida, Rede Unitrabalho e Rede Universitária de ITCP's (Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares).

A FASE foi indicada pelo comitê gestor, em 2005, para realizar o acompanhamento e avaliação do Proninc. A participação se deu por meio de visitas a empreendimentos incubados e incubadoras, e pela organização de oficinas e seminários. Além disso, foram feitas sistematizações sobre o desenvolvimento de metodologias de incubação dos empreendimentos solidários.

A publicação deste número da revista Proposta é parte deste esforço; aqui, apresentamos um pouco do conhecimento já sistematizado na experiência do Proninc sobre o processo de incubação. Os artigos trazem reflexões de coordenadores e pesquisadores vinculados às Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, abordando temas que emergem das experiências de acompanhamento a empreendimentos solidários. Ana Dubeux (coordenadora da Incubacoop - Universidade Federal Rural de Pernambuco) e Maria Nezilda Culti (coordenadora do Programa de Economia Solidária da Rede Unitrabalho) discutem o papel das universidades na educação popular, analisando como suas práticas com grupos incubados representam a base para a socialização e sistematização de conhecimentos, construindo um novo modelo para as relações entre ciência, tecnologia e sociedade.

Os referenciais da educação popular também são destaque no artigo de Pedro Claudio Cunha Bocayuva, diretor da FASE e coordenador do Projeto de Acompanhamento do Proninc, que aborda o processo de incubação em suas articulações com estratégias de organização do trabalho e redução das desigualdades sociais. Gonçalo Guimarães, coordenador da ITCP-Coppe, apresenta ferramentas de inclusão digital e monitoramento dos procedimentos de incubação como desdobramentos da trajetória pioneira da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Coppe-UFRJ no processo de acompanhamento a grupos econômicos populares.

O coordenador da Rede Universitária de ITCP's, Benedito Oliveira, aborda as relações entre o Proninc e os mecanismos de construção da política nacional de economia solidária no país, demonstrando como o programa também dialoga com os referenciais que vêm sendo traçados pelas diferentes formas de representação criadas pelo movimento de economia solidária. Ana Paula de Moura Varanda, pesquisadora da FASE, revela elementos relativos aos resultados do processo de avaliação do Proninc que podem contribuir para o desenho institucional do programa.

Proposta também apresenta entrevistas com Paul Singer, Secretário Nacional de Economia Solidária, e Crispim Moreira, diretor de segurança alimentar do Ministério do Desenvolvimento Social. Ambos integram o comitê gestor do Proninc e apresentam suas visões e perspectivas sobre a construção do programa como política pública.



Cooperativa de Agentes Ambientais, incubada pela Universidade Católica de Pelotas



1º Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária

O papel das universidades na construção da economia solidária no Brasil

Ana Dubeux *

* Ana Dubeux é doutora em Sociologia pela Universidade de Paris I, Profa. Adjunta da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Coordenadora da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (INCUBACOOP) da mesma universidade.
Correio Eletrônico: adubeux@ded.ufrpe.br

Introdução

Neste artigo analisaremos o papel da universidade no processo de consolidação da economia solidária no país através das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) que, a partir de meados dos anos 90, representam um importante programa de extensão universitária entrelaçado com as atividades de ensino e pesquisa e parecem inaugurar uma nova época na universidade brasileira. As incubadoras, que também são entidades de apoio e fomento aos empreendimentos econômicos solidários brasileiros, são hoje um importante *locus* de discussão da economia solidária com a construção de um novo campo teórico apoiado na prática.

Aspectos históricos da extensão universitária no Brasil

O movimento de expansão da educação popular, primeiro embrião da extensão universitária vivido na Europa a partir da segunda metade do século XIX, também teve suas influências no contexto brasileiro. Esta expansão não é apenas de ordem espacial ou geográfica, mas é sobretudo mensurável por sua amplitude conceitual. Com as primeiras experiências no Brasil novas formas e tipos de atividades se desenvolvem a partir da idéia original européia. O Brasil do século XIX passa por fortes transformações políticas, econômicas e sociais, especialmente no que se refere ao processo de reconhecimento público de sua independência e à construção das primeiras bases de uma democracia republicana.

As políticas educacionais são sempre estabelecidas a partir de um contexto político, econômico, social e ideológico, portanto, o sistema educacional brasileiro sofreu fortes influências de todas as transformações vividas neste período. Estas influências foram também perpassadas não apenas pelas transformações da sociedade, mas principalmente por um processo de transplantação sobretudo da cultura européia que nem sempre correspondia às necessidades locais. No que se refere à extensão universitária, *“podemos dizer que as experiências embrionárias no Brasil aconteceram a partir da segunda década da república, quando o país ainda não possuía universidades no sistema de ensino superior existente na época”* (Valois, 2000).

As primeiras experiências estavam baseadas tanto no modelo inglês e americano de University Extension quanto no modelo francês das Universités Populaires. As experiências que se inspiravam no primeiro modelo eram organizadas a partir de normas institucionalizadas pela sociedade burguesa capitalista e integrada à ideologia de grupos hegemônicos da sociedade. Por outro lado, as que tomavam como referência a experiência francesa foram criadas e organizadas, em sua maioria, no meio operário e com uma perspectiva emancipatória, com a participação de intelectuais que, apesar de também terem uma origem social burguesa, estavam vinculados, ao menos em termos do discurso, à classe trabalhadora. Segundo Valois (2000), foi no Rio de Janeiro que apareceram os primeiros registros de uma preocupação de “levar a universidade ao povo”, antes mesmo da existência das universidades no país. Era a *“Universidade Popular”*, que tinha como objetivo *“oferecer instrução superior e educação social ao proletariado, para a difusão do*

saber e da beleza sob todas as suas formas, principalmente pela promoção de cursos e conferências". Esta experiência, influenciada pelos princípios do positivismo e do anarquismo, se assemelhava bastante ao espírito das universidades populares francesas.

Uma segunda experiência de universidade popular é a das "Universidades Livres" criadas aproximadamente na segunda metade do século XX. Foram "Universidades"² criadas no Brasil após a constituição da República, para compensar a carência da oferta educacional pelo poder central. Podemos citar como exemplo desta experiência as "Universidades" de Manaus, Paraná e São Paulo. Desde o começo, tais experiências vinculavam-se a uma instituição de nível superior já existente, diferença fundamental da experiência francesa que apesar de chamada de universidade acontecia nos pontos de encontro dos intelectuais não havendo nenhum vínculo institucional. Além disso, seus cursos e conferências tinham uma natureza muito elitista e, conseqüentemente, não tinham como ponto de partida as idéias revolucionárias do anarquismo, se limitando a uma visão positivista face ao Estado.

Foi no início dos anos 20 que começaram as primeiras experiências de "University Extension". Baseadas nos modelos ingleses e norte americanos, estas experiências, que estavam em sintonia com os discursos hegemônicos dos grupos dominantes da sociedade brasileira, tiveram papel fundamental na oficialização da primeira universidade no Brasil. Temos que destacar que os anos 20 no Brasil foram marcados pelo início do processo de industrialização num país de tradições majoritariamente oligárquicas e agrícolas. Este fato trouxe grandes transformações em relação à ordem estabelecida desde a colonização e à configuração da sociedade.

No período entre 1930 e 1964, o país viveu diversas mudanças políticas importantes. O período se inicia com a revolução de 1930 que levou o presidente Getúlio Vargas ao poder até 1945. Nos dois regimes de Vargas o Brasil passou por várias transformações em termos educacionais. A primeira foi a Reforma Francisco Campos em 1931, cujas principais novidades foram: a criação do Conselho Nacional de Educação, as transformações do ensino secundário e do ensino profissional e a criação das universidades. De todas essas mudanças é importante salientar alguns aspectos referentes à reforma do ensino superior no que concerne à extensão universitária. É através desta reforma que foi criado o primeiro estatuto das universidades brasileiras (Decreto nº 19.851 de 11/04/1931), onde a extensão universitária adquiriu, pela primeira vez no Brasil, um estatuto oficial. O decreto compreende dois artigos principais dedicados à questão: o 42, que trata de sua organização didática, e o artigo 109,

que determina sua função, seus fins e sua organização.

«Art. 42 A extensão universitária será implementada através de cursos e conferências de caráter educacional ou utilitário, organizados pelos diversos institutos da universidade, com a autorização prévia do Conselho Universitário.

§ 1º - Os cursos e conferências mencionados neste artigo são destinados principalmente à difusão de saberes úteis à vida individual e coletiva, à solução de problemas sociais ou à propagação de idéias ou princípios de interesse nacional.

§ 2º - Os cursos e conferências devem ser acessíveis ao grande público.

Art. 109 A extensão universitária é destinada à difusão dos saberes filosóficos, artísticos, literários e científicos, em benefício do aperfeiçoamento individual e coletivo.

§ 1º - De acordo com os objetivos acima descritos, a extensão universitária funcionará a partir de cursos no interior e no exterior da universidade, de conferências, de divulgações e ainda de demonstrações práticas se necessário.

§ 2º - É da responsabilidade do conselho universitário, em acordo com os conselhos técnicos e administrativos de cada instituto, de implementar, com meios apropriados, a extensão universitária ».

Segundo Valois (2000), a extensão é caracterizada na reforma como: a) um meio de divulgação do saber, (b) restrito aos cursos e conferências, (c) onde a prioridade é o aspecto utilitário, (d) voltada para o grande público, (e) de amplitude definida: atividades no interior e no exterior da universidade. Mas o autor afirma ainda que a universidade enquanto individualidade institucional perdeu, com a redução de sua autonomia, seu próprio poder criativo.

No período subsequente à destituição de Vargas, a partir de 1945, a extensão universitária toma forma e se consolida enquanto projeto político. Nos anos 50, a necessidade crescente de mão-de-obra qualificada para a indústria orienta as pesquisas e reformas educacionais para os campos produtivo e profissional. Paralelamente, a população exerce uma pressão cada vez maior pelo acesso à educação justamente para poder aceder aos novos postos de trabalho. As iniciativas educacionais retomam as características das universidades populares através das campanhas massivas de alfabetização e educação de adultos lançadas por estudantes universitários mais engajados politicamente. Isto acontece principalmente a partir da criação dos Centros

² Importante ressaltar que apesar da experiência se autodenominar universidade, estas só foram criadas oficialmente a partir dos anos 30 com a Reforma Francisco Campos.

Populares de Cultura (CPC) e dos Movimento de Cultura Popular (MCP), que constituíram o que chamaríamos mais tarde de “a experiência nova das universidades populares”, influenciada sobretudo pelo pensamento de Paulo Freire. Estas iniciativas tinham uma perspectiva de conscientização política da população numa visão de oposição à ideologia dominante. Após o golpe militar de 1964, consideradas como subversivas pelo regime, estas experiências foram completamente desarticuladas pela repressão.

Em termos da influência anglo-saxã na organização da extensão universitária brasileira, temos que evidenciar a sua evolução nas universidades rurais. Por exemplo, segundo Valois (2000, p. 230), a universidade de Minas Gerais, seguida da Universidade de Viçosa, numa época em que a preocupação norte-americana pelo controle político da América Latina era bastante evidente, assinam um acordo de cooperação com o governo norte americano. Seu objetivo era “*adaptar o ensino e a pesquisa ao modelo dos Land Grant Colleges através, principalmente, dos programas de pós-graduação que conferiam o diploma de Master of Science nas especialidades agrícolas (veterinária, agronomia, dentre outros)*”. Este acordo incluía a difusão de modelos e de práticas de extensão universitária rural implementada pelas universidades após o estabelecimento de contatos com os agricultores locais.

O golpe de estado de 1964 traz conseqüências importantes para a política educacional. Uma das primeiras reformas implementadas foi a reforma universitária, representada pela Lei 5540/1968, que reafirmou os princípios oficializados pelos decretos promulgados logo após o golpe e que tinham como principal objetivo disciplinar as manifestações dos estudantes, um dos núcleos importantes de resistência ao novo regime. É importante salientar que todas as reformas educacionais implementadas neste período sofrem uma enorme influência dos acordos MEC/USAID, celebrados a partir de 1965. Neste quadro a extensão universitária se integra ao projeto político dos militares e da USAID e tenta se apropriar e fazer as “adequações” à ideologia em vigor, do que os movimentos sociais chamavam, no período anterior ao golpe, de desenvolvimento comunitário que continha um espírito de participação e integração.

Por um lado, os documentos oficiais colocam a extensão universitária como um ponto entre a universidade e a comunidade com função de promover o desenvolvimento de um espírito crítico e independente da universidade em termos de métodos e conteúdos de ensino e pesquisa, currículos e cursos para atender às demandas sociais. Mas, por outro, a prática da extensão universitária parece muito desordenada para poder corresponder ao que estava posto pelos documentos oficiais. Esta prática era “*marcada pelo ativismo extensionista, muitas vezes sem a*

presença da universidade enquanto tal, mas aproveitando da disponibilidade estudantil nas atividades que não tinham nenhuma vinculação com a função de educação profissional uma vez que correspondiam aos interesses extra universitários de assistência, a objetivos políticos ou, ainda, à exploração econômica dos estagiários” (Valois, 2000 p.334).

Podemos identificar vários projetos de extensão implementados para reforçar o desenvolvimento e a segurança nacional, princípios fundamentais presentes no espírito da reforma universitária. Um destes projetos é o Centro Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC), programa de interiorização da universidade, oficializado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Este programa consistia em oferecer a formação profissional aos estudantes universitários com sua inserção no meio rural e através da prestação de serviços às comunidades. Os CRUTACs se proliferaram rapidamente, em 1974 já existiam em mais de 20 universidades espalhadas em todo o país.

Uma outra experiência que deve ser evidenciada é o projeto Rondon. Uma curiosidade em relação a este Programa é que ele foi criado no Primeiro Seminário de Segurança Nacional, realizado no Rio de Janeiro em outubro/novembro de 1966. Isto reforça a idéia de que foi criado para consolidar a prática autoritária instaurada pelos militares após o golpe de estado onde a universidade era um elemento estratégico na geopolítica de desenvolvimento dos militares. O projeto compreendia três etapas principais:

- estágios, que aconteciam em sua maioria na zona rural;
- a ação permanente da universidade nas regiões consideradas como sub-desenvolvidas;
- a prestação de serviços remunerados para estudantes recém formados nos organismos públicos das regiões consideradas como prioritárias.

Com esta política os militares tinham diferentes objetivos: preencher o vazio político que o golpe de estado tinha provocado na classe estudantil e inserir a universidade no plano Nacional de Desenvolvimento segundo os princípios normativos da Segurança Nacional e ainda empregar mão-de-obra gratuita ou quase gratuita na modernização das “comunidades sub-desenvolvidas”.

Os *campi* avançados, espaços das atividades do Programa criados pelo Projeto Rondon, merecem uma atenção particular, pois tinham um caráter permanente, enquanto todas as outras atividades eram temporárias. Nos documentos-referência do projeto, um *campus* avançado era definido como: “*um grupo de estudantes e professores, que têm uma vida em comum, em alojamentos simples, em uma região pobre da zona rural, que realizam um trabalho programado a partir do que eles consideram mais*

apropriado, mais viável e de acordo com o desenvolvimento da comunidade onde eles estão imersos” (Valois 2000, p. 359).

Neste período que vai desde as origens da extensão universitária no Brasil até o fim dos anos 80 quando começa o processo de “re-democratização” do país, podemos perceber que duas correntes principais influenciaram este processo: a que foi originária das universidades populares na França e a que sofre influência do modelo “University Extension” das universidades inglesas e americanas. Mas o que salta aos olhos desde a sua origem é a tentativa de se apoiar na educação popular e sua utilização como instrumento de transmissão de ideologia.

Analisaremos a seguir a estrutura da extensão universitária como ela se apresenta hoje no cenário educacional brasileiro.

A atualidade da extensão universitária no Brasil

As iniciativas oriundas das atuais políticas universitárias de extensão se fundam sobre uma concepção ampliada da responsabilidade social da universidade que, por sua vez, baseia-se em uma intervenção reformista nos problemas sociais, assim como sobre a valorização das lutas das classes populares para a construção de uma sociedade mais justa (Figueiredo, 2000).

Para tanto a universidade deve, com todo o aparelho estrutural e científico que dispõe, abrir seus espaços e portas para que uma troca efetiva e diversificada possa acontecer com os outros segmentos da sociedade. Segundo Kwasaki (1997), é necessário que as universidades desenvolvam projetos integrados de pesquisa e ensino que possam responder às necessidades reais da população tanto em termos econômicos quanto sociais.

A universidade parece ser obrigada a sair de seus muros, de seus escritórios burocratizados onde o conhecimento com pouco enraizamento social se encastela e se fecha, para encontrar-se com a sociedade em um processo de construção e de democratização do saber. Além disso, a universidade em si também tem necessidade de retomar o processo de democratização que se instalou na sociedade. As eleições diretas para reitor das universidades brasileiras, inauguradas em meados dos anos 80, parecem provocar importantes mudanças políticas no interior das universidades. Estas mudanças trouxeram duas conseqüências importantes na extensão universitária brasileira. A primeira foi a reação em cadeia que se estabeleceu entre professores e estudantes, pois suas organizações (sindicatos de professores e servidores,

uniões e confederações estudantis), que tinham se enfraquecido durante os anos iniciais da ditadura, com a luta pela redemocratização retomam seu processo organizativo. Vale ressaltar que alguns dos novos reitores eleitos eram originários dos movimentos de professores. A segunda reação interessante é que o engajamento destes dirigentes eleitos ultrapassava os muros da universidade e assumiam, de certa maneira, um compromisso público de colocar a universidade a serviço das necessidades econômicas e sociais da população. Este compromisso social aparenta então ser o eixo principal das atividades universitárias e a extensão passa a ser o elemento de articulação do ensino e da pesquisa colocadas a serviço da transformação social.

Para Santos (1997) *“as múltiplas crises das universidades são afloramentos da crise do paradigma da modernidade e é por isto que elas só podem ser discutidas nesta ótica, a partir de uma reflexão sobre este contexto”*. Se avaliamos que o projeto de modernidade já atingiu seus limites, conseqüentemente o projeto de universidade construído nestas bases também se esgotou e cabe às universidades a necessidade de *“repensar suas funções tradicionais e descobrir em seu seio quais as novas práticas que conduzem à ruptura e à transição paradigmática, isto é, um novo patamar de políticas universitárias, no qual a inovação terá um papel propulsor”* (Braga et al., 1997).

A fase de transição paradigmática da ciência moderna para uma ciência pós-moderna, pressupõe algumas rupturas. Santos (1997) afirma que *“É difícil para a universidade instaurar este compromisso de reunir cidadãos e universitários nas verdadeiras comunidades interpretativas, que pudessem superar as interações usuais nas quais os mesmos são sempre forçados a renunciar a sua própria interpretação da sua realidade social”*.

A grande mola propulsora destas rupturas está na promoção de discussões interdisciplinares sobre a crise dos paradigmas, sobre o período de transição que nos encontramos atualmente e sobre as perspectivas que se desenham para o futuro. Estes debates, que devem nascer no interior de cada universidade a partir do estímulo à revisão de conceitos tradicionais em cada domínio científico e do estímulo à formulação de novas concepções, devem ser largamente difundidos para que possam servir de ponto de partida para debates ainda mais amplos. O questionamento das bases epistemológicas que estão em vigor hoje provoca, pouco a pouco, inovações que, mesmo não sendo significativas em termos de transformações mais globais, significarão mudanças localizadas em termos dos diferentes níveis de reflexão.

Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras

O primeiro encontro nacional do Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras aconteceu em Brasília em 1987. Atualmente o Ministério da Educação, representando a sociedade política, articula-se com o Fórum que tem um papel de interlocutor das instituições de nível superior. Hoje, mesmo sendo o MEC quem estabelece as diretrizes gerais da extensão universitária, sempre o faz em articulação com o Fórum que, por sua vez, representa a sociedade civil.

Três elementos compuseram o centro das discussões no Fórum: a conceituação, a institucionalização e o financiamento da extensão. Estas questões deveriam ser discutidas em seu conjunto e confrontadas umas às outras, a fim de que fosse possível um avanço nas práticas de extensão. Este é o maior desafio do Fórum.

Uma das entraves do Fórum era a própria participação das universidades já que nem sempre eram representadas por seus pró-reitores, mas por coordenadores ou pró-reitores de outras áreas. Aliás, as universidades brasileiras também não apresentavam uniformidade em suas práticas extensionistas, conseqüência da falta de institucionalização. A primeira tarefa do Fórum foi discutir a nova concepção de extensão que orientaria uma prática mais uniforme, uma vez que as universidades exerciam atividades de naturezas extremamente variadas, muitas vezes sem nenhuma interface com o ensino e a pesquisa.

A falta de uma concepção clara provocou uma depreciação do estatuto da extensão na universidade. A maior dificuldade era identificar o que deveria ser considerado como prática de extensão nesta nova concepção, pois, por vezes, as atividades confundiam-se com as atividades de ensino e pesquisa. Parece ser relativamente fácil identificar os limites da pesquisa, mas a confusão se instaura quando falamos de ensino e se complexifica mais ainda quando consideramos a extensão. As linhas para reconhecer e conferir uma identidade a uma atividade passam a configurar um grande borrão sem contornos definidos. Tentar situar determinadas atividades como independentes representa um esforço inútil, pois descobrimos o ensino, a pesquisa e a extensão como atividades complementares e indissociáveis.

O Fórum organiza reuniões periódicas para discutir temas definidos previamente pelos pró-reitores. Segundo Souza (2000, p. 100), até 1995 o Fórum tinha realizado oito encontros sobre diferentes temáticas, quais sejam:

- Brasília (DF), 1987 Conceituação e institucionalização

da extensão universitária.

- Belo Horizonte (MG), 1988 Extensão, pesquisa e engajamento social.

- Belém (PA), 1989 As relações universidade / sociedade : a questão da prestação de serviços.

- Florianópolis (SC), 1990 Extensão universitária: perspectivas para os anos 90.

- São Luis (MA), 1991 Institucionalização da extensão universitária.

- Santa Maria (RS), 1992 Universidade e Cultura.

- Cuiabá (MT), 1993 Avaliação da extensão.

- Vitória (ES), 1994 Extensão, cultura e cidadania.

Os temas discutidos nestas diferentes reuniões demonstram a complexidade da nova configuração que assumem as atividades de extensão das universidades brasileiras. Vários avanços podem ser observados nas universidades a partir da participação de seus pró-reitores nas discussões do Fórum, mas ainda há um longo caminho a ser percorrido. O progresso mais significativo foi, desde o primeiro Fórum, o fato de redefinir a concepção de extensão que parece se irradiar no interior das universidades participantes. Segundo os documentos oficiais do Fórum, a extensão ficou definida como sendo *“o processo educativo que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e que torna viável a relação transformadora entre universidade e sociedade. (...) A extensão é não apenas a principal ferramenta deste processo dialético entre teoria e prática, mas é também um trabalho interdisciplinar que favorece uma visão integrada do social no interior da universidade”* (Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras 1990, p. 14).

No entanto, para além da conceituação, a tarefa mais difícil neste processo complexo de transformação pelo qual passa a extensão universitária em nossa universidade é sua institucionalização. A nova concepção ainda não foi introjetada na cultura da universidade que continua com fortes características do modelo de extensão pontual, volátil e desconectado das práticas sociais. Isso dificulta o processo de institucionalização da nova identidade da extensão. No interior das universidades, os professores que trabalham com extensão na nova concepção ainda não são reconhecidos pelo trabalho que fazem e, além disso, têm extrema dificuldade de enquadrar as atividades que realizam nos parâmetros institucionais de avaliação, remuneração e de financiamento, dentre outros. Além disso, a desvalorização histórica da extensão também faz com que muitos professores classifiquem atividades que são de extensão como de pesquisa ou ensino. E, finalmente, grande parte das atividades de extensão realizadas não são contabilizadas institucionalmente, mas em termos

peçoais pelos professores que as desenvolvem.

A nova concepção de extensão discutida pelo Fórum de Pró-reitores é exatamente aquela que parece influenciar de maneira mais direta a criação das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares nas universidades brasileiras.

Passamos a analisar as Incubadoras enquanto importante ator no processo de construção da economia solidária no Brasil.

Extensão universitária e economia solidária: o papel das ITCPs

Esta nova concepção de extensão parece influenciar também de maneira direta a criação das ITCPs. Desde a primeira incubadora criada, a ação de extensão desenvolvida através deste programa é diferenciada. Esta diferença pode ser sentida sob vários aspectos seja no que se refere aos princípios do trabalho ou à duração e temporalidade do acompanhamento dos grupos seja no que se refere ao caráter inovador da experiência no que diz respeito à produção de tecnologias sociais. As incubadoras parecem inaugurar uma nova era no compromisso da universidade com a sociedade e com os movimentos sociais.

Para compreender a experiência brasileira das Incubadoras de Cooperativas Populares, temos que tomar como referência a experiência das incubadoras de empresas mercantis, uma das principais fontes inspiradoras das mesmas. Tais incubadoras têm uma relação direta com o aparecimento e desenvolvimento dos sciences parks e seu modelo influencia, pelo menos no início, o modelo das ITCPs.

Aquilo que denominamos habitats de inovação tecnopoles, pólos, parques e incubadoras são atualmente estratégias de apoio ao desenvolvimento tecnológico e empresarial. Na síntese de Spolidoro (1996), estes habitats de inovação devem dispor de locais para os inventores, as empresas emergentes e os laboratórios de pesquisa, assim como para os serviços de base e de promoção da sinergia interna e externa. O termo incubadora de empresas nos remete, fundamentalmente, a um processo de apoio sistemático a uma organização, desde a sua concepção e sua fundação, por um período de tempo suficiente e necessário à sua consolidação (Medeiros 1992, Spolidoro 1996 e Medeiros 1995).

As incubadoras de empresas, também chamadas de centros de inovação, não possuíam em sua origem as mesmas características que hoje. A sua transformação, fruto de diversas experiências, foi gradual. Os autores que analisam este tipo de experiência divergem sobre a data

exata do aparecimento das primeiras incubadoras. Segundo Allen (1985, p.3), o aparecimento das incubadoras sob a forma que nós conhecemos atualmente data da metade dos anos 70. Após esta época a experiência foi difundida de forma tão rápida que apareceu nos Estados Unidos a expressão indústria de incubação. Assim, mesmo se temos dúvidas quanto à data exata do aparecimento deste fenômeno, uma coisa é certa: o conceito evolui nos anos 80 e é somente a partir de 1983 que o número de incubadoras cresce significativamente. A tabela seguinte mostra esta evolução nos Estados Unidos:

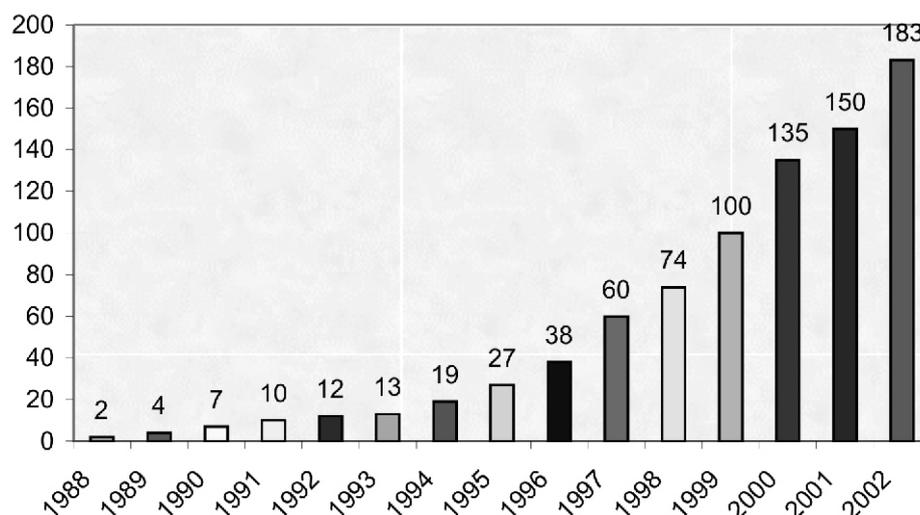
Tabela 1
Evolução do número de incubadoras nos Estados Unidos

Ano	Número de Incubadoras
1965	3
1982	10
1984	70
1991	500

Fonte: FURTADO 1998, p. 15

No Brasil o movimento de criação das incubadoras começa nos anos 80 e a partir desta década os números indicam um crescimento anual muito significativo. Segundo a Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologias Avançadas (ANPROTEC), o Brasil se destaca na cena mundial e contava, em 2002, com um total de 183 incubadoras, com mais de 1500 empresas incubadas e 500 graduadas, representando mais de 6000 novos postos de trabalho. Além disso, o país é também o líder latino-americano em termos do número de incubadoras. A ANPROTEC realça a presença de incubadoras em 20 Estados brasileiros, com uma forte concentração nas regiões sul e sudeste. O gráfico a seguir demonstra a evolução do número de incubadoras no Brasil.

Gráfico 1
Evolução do número de incubadoras de empresas
de base tecnológica no Brasil.



Fonte: ANPROTEC – «Panorama 2002» em www.anprotec.org.br

Podemos observar que o crescimento do número de incubadoras no Brasil é contínuo após 1988. Segundo Furtado (1998, p. 96), as principais razões que explicam este fenômeno são:

- o desejo de transformar a vocação econômica de uma cidade através da criação de novas empresas e pólos industriais;
- a vontade de transformar a pesquisa aplicada cujos resultados terminam quase sempre nos fundos das gavetas em produtos, apoiando a criação de empresas;
- a existência de incitações da parte da sociedade e da universidade à criação de novas empresas, a partir da tecnologia desenvolvida pela universidade e
- efeito demonstrativo: implantação no Brasil de ações e projetos que já existem no exterior (Estados Unidos e Europa).

Estes parâmetros, importantes no surgimento das incubadoras de empresas, influenciaram de alguma maneira o surgimento das incubadoras de cooperativas populares, principalmente no que se refere à relação com a universidade/instituições de pesquisa e com a produção de inovação. A primeira experiência de ITCP nasce na UFRJ em 1995 em seguida à criação do COEP (Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e Pela Vida), criado em 1993 pelo sociólogo Herbert de Souza (mais conhecido no Brasil como Betinho).

“Em 1993, foi criado oficialmente o Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e Pela Vida COEP, que possui, atualmente, em âmbito nacional, 43 membros associados, tais como empresas, autarquias, fundações e 19 comitês estaduais. Estes últimos constituem uma ampla rede de ação cidadã que agrupa mais de 500 organizações privadas e públicas (nacionais, estaduais e municipais), distribuídas em todo o Brasil” (Oficina Social, 1999, p. 20).

No Rio de Janeiro, o COEP agrupa, entre outras instituições, a Fundação Oswaldo Cruz, organismo de pesquisa na área de Saúde, a Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia COPPE da UFRJ, a Fundação do Banco do Brasil FBB e a Financiadora de Estudos e Projetos FINEP, organismo do governo federal de fomento à produção científica brasileira. Foi dessa articulação que nasceu em 1995 a ITCP da UFRJ.

A intenção inicial era desenvolver uma ação coletiva para intervir na favela de Manguinhos, localizada no entorno da fundação Oswaldo Cruz que era vítima de freqüentes danos infligidos pela população local. Essa ação coletiva inicial, dirigida por técnicos de diferentes organizações do COEP, tinha então uma perspectiva de intervenção junto aos moradores da comunidade com o objetivo de mudar o comportamento dos mesmos. Foi a partir daí, à medida que a discussão amadurecia no seio do grupo do COEP, que surgiu a idéia de aproveitar a experiência da

COPPE, que já tinha uma incubadora de empresas, e criar uma incubadora de cooperativas. Na hora de implementar as ações coletivas previstas com os habitantes, os técnicos perceberam que uma grande parte dos problemas sociais existentes na comunidade acontecia por causa das condições socioeconômicas precárias nas quais viviam as pessoas.

A ITCP da UFRJ nasceu como um programa de extensão universitária da COPPE que faz parte do Centro de Tecnologia da UFRJ e oferece 12 programas de pós-graduação. É composta de 5 campos de pesquisa e da Fundação COPPETEC – Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos, responsável pelos acordos e contratos da captação de meios financeiros necessários para a manutenção da COPPE. A incubadora de cooperativas é ligada à administração central da COPPE e também tem ligação direta com outros programas da UFRJ.

O nascimento dessa incubadora tem vários aspectos interessantes, abaixo destacamos alguns destes.

- Ela nasce dentro de um Centro Tecnológico que oferece programas de Pós-graduação em engenharia. Era de se esperar que talvez a COPPE, composta em sua grande maioria por profissionais trabalhando com ciências exatas, tivesse dificuldade para encontrar pessoas capazes de avançar com um projeto de tão grande importância social. Mas o que aconteceu na COPPE foi o contrário. O grupo da engenharia de produção da COPPE era extremamente engajado em ações de caráter social ligadas principalmente à produção de tecnologias alternativas (na área de construção civil ou de engenharia elétrica).
- A COPPE, e por consequência a incubadora da UFRJ, não dispunha no início de um grupo de profissionais com competência técnica necessária para o desenvolvimento de um projeto centrado nas cooperativas populares. A equipe que participou da criação da incubadora, mesmo que competente no ponto de vista político (graças à experiência do trabalho com grupos populares) e do domínio tecnológico (experiência em engenharia), conhecia pouco ou quase nada acerca da gestão de cooperativas.
- Mesmo se existia no grupo a vontade de procurar referências e de estudar a gestão de cooperativas, havia um obstáculo importante: era a primeira experiência no Brasil e não existia modelo de incubadora de cooperativas populares. A equipe inicial teve que inovar e construir esse modelo. É certo que a experiência de incubadoras de empresas contribuiu nesse processo, mesmo se desde o começo estivesse claro para a equipe que o modelo praticado na incubadora de empresas dificilmente seria adaptável à incubadora de cooperativas populares.

O modelo da ITCP da UFRJ foi rapidamente difundido, inclusive pela própria UFRJ que toma a difusão da tecnologia de incubação de cooperativas como ferramenta política essencial à sobrevivência da experiência. Acontece uma negociação entre a UFRJ, a FINEP e a FBB para criar o PRONINC -Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, a fim de promover a criação de incubadoras em outros Estados brasileiros. E por ser reconhecida como pioneira na incubação de cooperativas, é à ITCP da UFRJ que cabe a tarefa de organizar um encontro entre os organismos de financiamento e outras universidades brasileiras que já possuíam alguma experiência com o cooperativismo ou com projetos de geração de trabalho e renda. Além disso, é também a incubadora da UFRJ que se responsabiliza pela tarefa de transmitir às universidades escolhidas o pouco de experiência acumulada no que se refere à metodologia do processo de incubação (Dubeux 2004, p. 185).

Desde esta época, várias foram as incubadoras criadas em todo o território nacional. Hoje são quase 70, que se repartem em duas redes: a Rede de ITCPs, articulação de 29 universidades brasileiras dentre as quais se encontram as universidades pioneiras na criação de incubadoras e outra vinculada à Fundação UNITRABALHO. A ampliação das duas redes deve-se também à existência do PRONINC, que apesar de enfraquecido na segunda gestão do governo FHC retoma suas forças a partir do primeiro governo Lula.

O início do governo Lula marca uma nova era em termos da consolidação da economia solidária em nosso país. Já no primeiro governo há a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) que simboliza a primeira concretização de política pública de economia solidária que se reflete hoje em vários Estados e municípios brasileiros. Vale ressaltar que a criação da SENAES coincide com o crescimento do número de empreendimentos econômicos solidários e o fortalecimento do movimento da economia solidária que também se consolida em todo o Brasil.

Os dados recentes do Mapeamento da Economia Solidária, primeiro estudo realizado no país para compreender a dinâmica dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), apontam aspectos interessantes de uma realidade até então invisível aos olhos das estatísticas oficiais em nosso país. A pesquisa, que não foi um censo, mas uma amostra, realizada com 14.954 empreendimentos de 41% dos municípios brasileiros, revela a complexidade do campo da economia solidária em nosso país, muito bem representado pela figura que se segue:



FIGURA 2

Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil. Brasília, MTE, SENAES, 2006.

Neste campo, as universidades, através do trabalho desenvolvido pelas incubadoras, se destacam como um ator importante tanto no apoio e fomento aos empreendimentos quanto na produção de conhecimento e tecnologias sociais apropriadas à realidade dos mesmos. Nos 11 anos de existência das incubadoras mais antigas, muitos foram os passos dados no sentido de aperfeiçoar tais processos. Mas o mais importante é que as incubadoras deixam de atuar apenas no campo do cooperativismo e passam a discutir a economia solidária no seu sentido mais amplo e a incubar redes de produção e consumo, grupos informais, associações, dentre outros. Além da ampliação do trabalho em termos dos tipos de grupos incubados, as incubadoras assumem em seu trabalho uma perspectiva multidimensional e sua metodologia incorpora a perspectiva do desenvolvimento local bem como a sistematização de ações nas dimensões política, econômica, sócio-cultural, dentre outras. Destacamos em especial a participação das diferentes incubadoras e empreendimentos incubados na construção dos Fóruns Estaduais de Economia Solidária. Estas articulações refletem em âmbito nacional no Fórum Brasileiro de Economia Solidária e na sua participação na implementação da política pública de economia solidária como, por exemplo, da criação do Conselho Nacional de Economia Solidária.

No entanto, as incubadoras parecem enfrentar problemas semelhantes aos da própria extensão universitária em seu processo de afirmação, quais sejam, a conceitualização, a institucionalização e o financiamento. Em termos da conceitualização, as incubadoras avançaram bastante em relação a 10 anos atrás, época de seu surgimento. Isto porque avançaram em termos das práticas e metodologias de incubação que, pouco a pouco, parecem estar se consolidando. Estas práticas e metodologias parecem também consolidar um novo tipo de tecnologia. Uma tecnologia de processo muito mais do que de produto, além de disponibilizar para os grupos incubados o saber que é produzido no interior da universidade, realizando releituras dos mesmos no contato com o saber popular dos grupos incubados. Tudo isso dá origem ao que atualmente temos chamado de tecnologia social, aqui entendida como um conjunto de produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social. De um ponto de vista mais conceitual, a tecnologia social expressa uma concepção de intervenção social que é inclusiva em todos os seus momentos; uma forma participativa de produzir o conhecimento, de fazer C&T. E, de um ponto de vista mais material, a tecnologia social é desenvolvida e difundida de acordo com as

possibilidades e limitações de cada comunidade; aplicada na construção de soluções para questões sociais variadas. É na interação entre esses planos que a TS se desenvolve. A experiência demonstra sua viabilidade e eficácia como conceito e cria uma nova concepção de intervenção social. Neste processo as incubadoras estão inovando, pois trabalham na construção de um outro paradigma, diferente do capitalista que é, a priori, excludente e pouco sustentável. O tipo de tecnologia produzido no interior das ITCPs, fundamental à construção da economia solidária, é aquela que é:

- adaptada a pequenos produtores e consumidores de baixo poder econômico;
- não promove controle, segmentação, hierarquização e dominação nas relações de trabalho;
- orientada para o mercado interno de massa;
- incentivadora do potencial e da criatividade do produtor direto e do usuário;
- capaz de viabilizar economicamente os empreendimentos como cooperativas populares e pequenas empresas.

Há que se abandonar a idéia de oferta e demanda do conhecimento, de C&T, e do processo linear que se inicia com a formação de RH e a pesquisa básica e chega à produção de novas tecnologias (inovação). A inovação só ocorre em processos que fomentam a interação entre os atores interessados (negociação social). Portanto, é necessário estimular esta interação entre a comunidade científica e os “demandantes” já que são eles que vão utilizar a tecnologia social para viabilizar seus empreendimentos e se tornarem protagonistas de seu processo de inclusão social.

Porém, esta perspectiva ainda é minoritária no interior da universidade e muito ainda é necessário ser feito para que a ação das incubadoras seja institucionalizada e reconhecida mais amplamente pelo Ministério da Educação, pelos diferentes departamentos e centros acadêmicos e pela administração central de cada universidade. O caminho para que as incubadoras de fato tenham seu próprio orçamento, sua própria equipe e não fiquem à mercê da aprovação de editais é um passo fundamental para a institucionalização e financiamento da ação de incubação como laboratório vivo de integração entre ensino, pesquisa e extensão.

Conclusões

Embora a universidade se caracterize como instituição comprometida com o universal, com o futuro, em um país como o Brasil o compromisso com o presente assume a mais alta importância. Numa sociedade cuja quantidade e qualidade de vida assentam em configurações cada vez

mais complexas de saberes, a legitimidade da universidade só será cumprida quando as atividades hoje ditas de extensão se aprofundarem tanto que passem a ser parte integrante das atividades de investigação e ensino.

É preciso que cada vez mais possamos perceber que ensino, pesquisa e extensão são indissociáveis. E especialmente com relação ao ensino, a extensão leva a substituir o paradigma instrucionista criando no aluno uma atitude investigativa (aprendendo a aprender). A adoção desse processo envolve necessariamente a pesquisa e a extensão, pois compreende o aprender a dialogar e intervir na realidade para (re)construir o conhecimento, ao invés de transmiti-lo ou copiá-lo. Leva a abandonar a perspectiva de que a formação dos alunos se esgota com o conhecimento técnico, profissionalizante (pesquisa como instrumento de compreensão e extensão de intervenção). Para este processo é preciso um novo educador, mais afeito à investigação e aos questionamentos quanto aos rumos da sociedade; uma nova organização curricular que seja mais flexível e privilegie uma formação integrada à realidade social com predomínio da formação sobre a informação e a articulação da teoria à prática.

Esta indissociabilidade deve também ser observada em relação à produção do conhecimento. Considerando o caráter “ofertista” da ciência que permeia nosso modelo de produção científica e tecnológica, que acredita que a simples oferta do conhecimento leva ao desenvolvimento social (cadeia linear de inovação americana), o desafio para um país como o Brasil é o de associar à qualidade do trabalho científico a questão da relevância social, algo que as ITCPs parecem estar fazendo no cotidiano de seu trabalho.

É preciso que as universidades se coloquem a serviço de uma camada da população à qual elas nunca serviram. Para a inclusão social se concretizar é necessário procurar compreendê-la a partir de um enfoque tecnológico. É por meio dele que se pode perceber como a tecnologia (convencional) incorpora os valores e interesses relacionados ao sistema sócio-econômico e torna-se, quase sempre, uma geradora de exclusão. É esse enfoque também que mostra como uma tecnologia que incorpora desde a sua concepção valores alternativos e envolve os atores sociais interessados pode promover a inclusão. Tecnologias não são simples ferramentas neutras, mas construções sociais que possuem características influenciadas pelos valores e interesses presentes no ambiente em que são concebidas. Exaltar ou rechaçar por completo a produção do conhecimento científico e tecnológico (aliada X inimiga) ignora o aspecto crucial: os valores sociais e interesses embutidos em C&T.

Não basta haver ética na utilização do conhecimento. Certamente não será a apropriação e adaptação das tecnologias já existentes o caminho para a redução das desigualdades sociais. O grande desafio das ITCPs é o de pensar e desenvolver tecnologias que incorporem, da concepção à aplicação, uma intencionalidade de inclusão social e desenvolvimento sustentável. Só assim poderemos afirmar que a universidade de fato cumpre o seu papel na construção da economia solidária.

Nesta perspectiva, concordando com o que afirma Santos (1997, p. 230), na sociedade desencantada como a que vivemos atualmente, o “re-encantamento” da universidade pode ser uma das vias para simbolizar o futuro. “A vida universitária cotidiana tem um forte componente lúdico que favorece a transgressão simbólica do que existe, e ela é racional porque existe. Da transgressão igualitária à criação e à satisfação das necessidades expressivas e ao ensino e aprendizagem concebidos como práticas ecológicas, a universidade organizará festas do novo senso comum. Estas festas serão configurações da cultura elitista, da cultura popular e da cultura de massas. Nesta última a universidade terá um papel modesto, mas importante, no 're-encantamento' da vida coletiva, sem o qual o futuro não é apetitoso, mesmo se viável.”

Referências Bibliográficas

- ANPROTEC «Panorama 2002» em www.anprotec.org.br
- ALBERT, Philippe et al. (2003) **Incubateurs et pépinières d'entreprises: un panorama international**, Paris, L'Harmattan
- ALLEN, David (1985) **Small Business Incubators and Enterprise development**: Athen (OH), NBIA
- BRAGA, Ana Maria et al. (1997) **Universidade futurante: inovação entre as certezas do passado e incertezas do futuro**. In: LEITE, Denise & MOROSINI, Marília (orgs.). Universidade Futurante: **Produção do Ensino e Inovação**. Campinas: Papirus, p. 21-37.
- DUBÉUX, Ana Maria (2004) **Education, Travail e Economie Solidaire: le cas des Incubateurs Technologiques de Cooperatives Populaires au Bresil**. Tese de doutorado. Paris, Universidade de Paris I Panthéon Sorbonne.
- FIGUEIREDO, Haydée et al. (2000) **Articulando pesquisa e extensão: buscando o diálogo entre a escola básica e a universidade**. Revista Participação, v. 4, n° 7, p. 43-46, Jul. Brasília.
- FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS (1-3:1987-1989). (1990) - **Documentos Finais**, Florianópolis, Ed. da UFSC.
- FURTADO, Celso. **Transformação e crise na economia mundial**. SP, Paz e Terra, 1987.
- FURTADO, Marco Antonio T. (1998) **Fugindo do Quintal Empreendedores e incubadoras de empresas de base tecnológica no Brasil**, Brasília, SEBRAE
- KWASAKI, Clarice Sumi (1997) **Universidades publicas e sociedade**, São Paulo, Revista da Faculdade de Educação, v. 23, n° 1-2, jan/dez
- LAVILLE, Jean-Louis (1994) **L'économie solidaire: une perspective internationale**, Paris, Desclée de Brouwer.
- _____ (2000) **Le tiers secteur: un objet d'étude pour la**

sociologie économique, Revue Sociologie du Travail, n° 4, vol. 42, p. 531-550 Paris: Editions Elsevier.

_____ (1997) **Vers l'économie plurielle**, Paris, Syros.

_____ (1999) **Une troisième voie pour le travail**, Paris, Desclée de Brouwer.

LAVILLE, Jean-Louis & CHANIAL, Philippe (2002) **L'économie solidaire: une question politique**, Revue Mouvements, n° 19, janvier-février, p. 11-20, Paris, La découverte.

LAVILLE, Jean-Louis & LALLEMENT, Michel (2000) **Introduction, Revue Sociologie du Travail**, n° 4, vol. 42, p. 531-550, Paris, Editions Elsevier.

LIMA SOUZA, Ana Luiza (2000) **A história da Extensão Universitária**, Campinas, Editora Alinea.

MEDEIROS, J. A. & MEDEIROS, L. A. (1993) - **A Incubadora Tecnológica: guia do empreendedor**, S. Paulo, SEBRAE/SP.

MEDEIROS, J. A. et al. (1992) **Pólos, parques e incubadoras: a busca da modernização e competitividade**, Brasília, CNPq/IBICT/SENAI.

MEDEIROS, J.A. (1995) **Incubadoras brasileiras: avaliação e ajuste, TECBAHIA, Revista Bahiana de Tecnologia**, vol.10, n. 1, Camaçari.

MELO NETO, Francisco (2001) **Extensão Universitária: uma análise crítica**, João Pessoa, Ed. Universitária / UFPB.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA **Plano Nacional de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (1999/2001)** Referência encontrada no site do MEC

(<http://www.mec.gov.br/Sesu/planonaex.shtm>) em 10/09/2003.

MTE, SENAES (2006) **Atlas da Economia Solidária no Brasil**. Brasília.

SANCHEZ, Fábio José Bechara & KRUPPA, Sonia Maria Portella (2002) (dir) **Méthodologies d'incubation: un premier essai de systématisation. Document interne du réseau universitaire des Incubateurs Technologiques de Cooperatives Populaires**, São Paulo.

SPOLDORO, R. (1996) **As incubadoras na sociedade do conhecimento**. IN: TECBAHIA, Revista Bahiana de Tecnologia. Vol. 11, n. 1, Camaçari.

THIOLLENT, Michel et al. (2000) **Metodologia e experiências em projetos de extensão**, Nitérois, EdUFF.

VALOIS, Ovídio (2000) **A extensão universitária no Brasil: Um resgate histórico**. Organização de Marta Vieira Cruz et Maria Elisa da Cruz São Cristóvão, Editora UFS, Fundação Oviêdo Teixeira.

O comércio justo e o consumo ético



Alfonso Cotera;
Simoncelli-Bourque, Eloise
Rio de Janeiro: DP&A;Fase,
2003
Série Economia Solidária 1

Onde encontrar

Fase Nacional

<http://www2.fase.org.br/loja/publicacoes.asp>

10 ENCONTRO NACIONAL DE EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA



1º Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária

Economia Solidária Incubadoras universitárias e processo educativo

Maria Nezilda Culti *

* Professora Doutora no Departamento de Economia da Universidade Estadual de Maringá (UEM) Estado do Paraná, Coordenadora Geral do Programa Nacional de Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável da Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO) e integrante do Conselho Nacional de Economia Solidária.

Economia Solidária

Apesar do conceito de Economia Solidária nem sempre ser usado com o mesmo significado e nome, seu princípio é a idéia da solidariedade em contraste com o individualismo competitivo que caracteriza a sociedade capitalista. Atualmente utiliza-se este conceito amplamente no Brasil e em diversos países. Seus empreendimentos apresentam as seguintes características: são organizações urbanas ou rurais, de produtores, de consumidores e de crédito, baseadas na livre associação, no trabalho cooperativo, na autogestão e no processo decisório democrático, em que cada associado representa um voto. A cooperativa é a forma clássica de organização de um empreendimento da Economia Solidária.

A Economia Solidária vem se transformando em um eficiente mecanismo gerador de trabalho e renda. Seus empreendimentos são formados predominantemente por trabalhadores de segmentos sociais de baixa renda, desempregados ou em via de desemprego, trabalhadores do mercado informal ou subempregados e pelos empobrecidos.

Esta nova forma de economia que se desenvolve no século XXI tem o cooperativismo operário como principal antecedente. O cooperativismo operário surgiu durante o século XIX em reação à Revolução Industrial. Era uma tentativa de construir outra maneira de processar a economia, com base no trabalho associado e na distribuição equitativa do excedente adquirido e não na acumulação individual do dinheiro a partir da exploração do trabalho do outro. Seus principais pensadores foram: Robert Owen (1771-1858), William King (1786-1865), Charles Fourier (1772-1837), Philippe Buchez (1796-

1865) e Louis Blanc (1812-1882).

O cooperativismo preocupa-se com o aprimoramento do ser humano nas suas dimensões econômicas, sociais e culturais. É um sistema de cooperação que historicamente aparece junto com o capitalismo, mas é reconhecido como um sistema mais adequado, participativo, democrático e mais justo para atender às necessidades e aos interesses específicos dos trabalhadores.

Hoje, com a precarização e exclusão do mercado formal de trabalho de grandes contingentes populacionais em função das novas tecnologias e das políticas neoliberais, para gerar trabalho e renda os trabalhadores buscam se organizar em associações, cooperativas, clubes de troca ou redes não monetárias, empreendimentos autogeridos e familiares.

Ao analisar os resultados da pesquisa realizada em nove Estados brasileiros, GAIGER (2004: 371-402)¹ chama

¹ Reflexões feitas a partir de um levantamento amplo e inédito da economia solidária no Brasil realizado pela Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO), no período de 1999-2003, em nove Estados brasileiros (SP, MG, DF, RS, CE, SC, PE e PA), coordenado pelo Prof. Luiz Inácio Gaiger, com os resultados publicados integralmente em 2004 no livro: Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil, organizado por Gaiger e publicado pela editora UFRGS, em 2004.

Essa primeira pesquisa de base nacional sobre o tema buscou fazer uma reconstrução histórica da economia solidária nos Estados pesquisados, bem como a descrição do perfil dos empreendimentos e as condições de formação e de crescimento. O conceito utilizado como parâmetro de referência para identificar os empreendimentos girou em torno de oito princípios, que estariam internalizados na compreensão na prática das experiências associativas: autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação, auto-sustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social.

atenção para a diversidade de caminhos e soluções que estão expressos na economia solidária e para as opções teórico-conceituais “ligeiramente diferentes” adotadas pelos pesquisadores e diferentes autores². Porém, em suas constatações históricas sobre a economia solidária e as marcas que ela deixou ou pode vir a deixar no desenvolvimento atual e futuro da sociedade brasileira, Gaiger deduz que a existência de empreendimentos econômicos solidários nada tem de corriqueira, trivial e, tampouco, é um reflexo previsível diante da crise do mercado de trabalho.

A pesquisa demonstra que a adoção de iniciativas de trabalhos cooperativos pode advir de objetivos despreziosos, mas responde, através da própria associação das pessoas, a necessidades de proteção contra o rolo compressor dos grandes poderes econômicos. As razões isoladas ou conjugadas que levam ao surgimento dos empreendimentos apontam para algumas circunstâncias como: a presença de setores ou a existência de organizações e lideranças populares com experiência em práticas associativas, comunitárias ou de classe; chances favoráveis para práticas econômicas associativas compatíveis com a economia popular dos trabalhadores; presença de entidades e grupos de mediação (apoiadores, assessores etc.) aptos a canalizar as demandas dos trabalhadores para alternativas associativas e autogestionárias; a incidência concreta sobre os trabalhadores dos efeitos da redução do emprego e a formação de um cenário político que reconhece a relevância das demandas sociais, oriundas de longo caminho já percorrido e que coloca a economia solidária em debate na sociedade.

Observa-se, portanto, a ocorrência da formação de sujeitos populares ativos e organizados, na qual se misturam necessidades e vontades, em que se “conhece poucos atalhos... e muitos desvios”, mas na qual, também, a escolha consciente do solidarismo, quando reafirmada diante de outras opções, “passa a ser o principal motor do empreendimento, a razão mesma pela qual não sucumbe às dificuldades de permanecer autogestionário e cooperativo” ou visto de outro modo, “não se rende às comodidades de retornar às formas de vida econômica praticadas anteriormente, nas quais os laços solidários ficam mitigados ou dissolvidos” (op.cit, p.379).

É conveniente distinguir, de modo geral e em cada situação particular, os diferentes fatores que intervêm e favorecem o surgimento dos empreendimentos econômicos solidários. De um lado, existem FORÇAS NEGATIVAS, mudanças objetivas que eliminam as opções de vida econômica habituais dos trabalhadores, às quais podem somar-se ainda razões subjetivas que os levam a rejeitar as soluções habituais e somente suportá-las na

falta de outras. De outro, existem FORÇAS POSITIVAS que favorecem a adesão dos trabalhadores às propostas associativas em razão das vantagens materiais que apresentam ou porque formam e sedimentam convicções subjetivas, fortalecendo o futuro dos empreendimentos diante de adversidades, expandindo seu efeito irradiador e multiplicador. Quando há a presença do agente externo (apoiadores, parceiros, assessorias etc.) ela é apenas uma variável a mais, visto que antes deve ter entrado em cena um conjunto de situações que levam os trabalhadores a buscar outros caminhos, seja porque os convencionais diminuíam ou porque se tornam menos aceitos ou mesmo por convicção formada ao longo do tempo.

As iniciativas de geração de trabalho e renda que têm como base a forma solidária e associativa têm se multiplicado em todo o território nacional chamando atenção de setores da sociedade civil, do poder público e de entidades de classe. Simultaneamente vão sendo criadas organizações que se colocam como apoiadoras, parceiras ou agregadoras dessas iniciativas. Em 2001, se formou o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) no seio do Fórum Social Mundial, para ser um interlocutor junto ao Governo Federal e outras instâncias. No ano de 2003, a economia solidária ganha destaque quando assistimos também à criação, em âmbito Federal de Governo, da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), visando formular e articular políticas de fomento à economia solidária, o que denota ter havido múltiplas práticas desenvolvidas nas últimas décadas. Em 2004, também foi criada a União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Solidária do Brasil – UNISOL Brasil³, – para representar os empreendimentos da economia solidária. É mais um salto que faz aumentar a visibilidade e propicia a articulação e conseqüente fortalecimento da economia solidária.

A Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) do Ministério de Trabalho e Emprego com apoio do

² Entre os autores podemos citar: Luiz Razeto (Chile), José Luiz Coraggio (Argentina), Anibal Quijano (Peru), Orlando Nuñez Soto (Nicarágua). Uma síntese da discussão de cada um pode ser vista no texto: “Dimensões da luta política nas práticas de economia solidária”, de Gabriela Cavalcanti Cunha, publicado no livro, Uma Outra Economia é Possível: Paul Singer e a Economia Solidária, organizado pela mesma, André Ricardo de Souza e Regina Yoneko Dakuzaku, 2003, Editora Contexto.

³ UNISOL Brasil, criada no final de 2004, é constituída e dirigida pelos sócios-trabalhadores das cooperativas e empreendimentos filiados e tem por finalidade organizar, representar e articular nacionalmente as cooperativas, associações e outros empreendimentos autogestionários da economia solidária, resgatando e provendo a intercooperação, a igualdade social e econômica, a dignidade humana e o desenvolvimento sustentável.

Fórum Brasileiro de Economia Solidária está realizando o mapeamento da economia solidária no Brasil. O Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária – SIES já dispõe de alguns resultados parciais.

O sistema levanta informações dos Empreendimentos de Economia Solidária – EES e das entidades de apoio, assessorias e fomento. As informações parciais indicam que existem⁴ no total 14.954 empreendimentos cadastrados, destes, 6.549 no Nordeste, 2.592 no Sul, 1.884 no Norte, 2.144 no Sudeste e 1.785 no Centro Oeste do país. Ou seja, quase a metade (44,0%) deles localiza-se no Nordeste, em segundo lugar está o Sul (17,0%) e em terceiro e quarto, o Sudeste (14,0%) e o Norte (13,0%). Os dados também indicam que mais da metade dos empreendimentos (54,0%) está organizada na forma de associações, 33,0% são grupos informais, 11% cooperativas e 2,0% distribuídos entre empresas autogestionárias, redes/centrais e outras formas. Segundo os registros, a atividade econômica desses empreendimentos é muito variada, mas predomina as ligadas à agropecuária, extrativismo e pesca (42,0%), seguida das de produção de alimentos e bebidas (18,3%) e diversos produtos artesanais (13,9%). A metade desses empreendimentos atua exclusivamente na área rural, 33% exclusivamente na área urbana e 17% têm atuação tanto na área rural como na área urbana. Considerando as regiões, cabe destacar que no Sudeste a maioria (60%) atua na área urbana. Já nas regiões Norte e Nordeste a participação dos empreendimentos que atuam exclusivamente na área rural (57% e 63% respectivamente) está acima da média nacional que é de 50%.

Estão associados nos empreendimentos econômicos solidários mais de 1 milhão e 250 mil homens e mulheres, resultando numa média de 84 participantes por empreendimento. Quanto à composição social dos empreendimentos verifica-se que 73,0% são formados por homens e mulheres, 16,0% somente por mulheres e 11% formados somente por homens.

Apenas 60% dos empreendimentos prestaram informações a respeito da remuneração dos seus associados configurando o seguinte quadro: 50% apresentam remuneração com valor até meio salário mínimo (SM), enquanto que 26,1% têm uma remuneração de meio a um SM e em torno de 20% recebem de 1 a 2 SM, sendo que os demais ficam entre 2 a 5 SM e mais de 5 SM. Considerando a situação regional, o Sul apresenta uma participação proporcionalmente menor em relação à média nacional nas faixas inferiores de renda, o contrário ocorre na região Nordeste.

Com relação à comercialização, os produtos e serviços são destinados predominantemente aos espaços locais. As indicações são de que 56% vendem no comércio local

comunitário, 50% em mercados/comércios municipais, 7% têm como destino de seus produtos o território nacional e apenas 2% realizam transações com outros países. Portanto, depreende-se dos dados a importância desses empreendimentos para o desenvolvimento local sustentável.

Para fomentar o desenvolvimento local integrado e sustentável, os instrumentos necessários são: capital social local, instituições democráticas, fortes laços de cooperação e confiança entre os agentes locais, processo contínuo de inovação endógena e estratégias produtivas adequadas às condições locais ou do território. O desenvolvimento endógeno deve promover, a partir dos recursos, das potencialidades e dos agentes locais, o fortalecimento da economia e da sociedade local.

É interessante notar que a economia solidária se utiliza, em grande medida, dos mesmos instrumentos. Além do desenvolvimento endógeno e sustentável, na economia solidária agrega-se o desenvolvimento solidário, pois são iniciativas na qual a autogestão, a confiança mútua, a cooperação, a democracia, auto-sustentação, o desenvolvimento humano, a responsabilidade social e o controle social são princípios fundamentais. E a economia solidária agrega ainda a inclusão social. Contribui também com o desenvolvimento sustentável, pois é um processo de melhoria da qualidade de vida que compatibiliza o crescimento econômico, a conservação dos recursos naturais e a igualdade social, no curto e no longo prazo. Em síntese, as condições para o desenvolvimento local e para a economia solidária dependem de um desenvolvimento endógeno que possa contar com capital social fortalecido, integração e mobilização dos produtores por meio de redes sócio-técnicas de produção, comercialização, informação e formação, bem como outros atores locais, regionais e estaduais e as próprias políticas públicas em torno da sua auto-sustentação.

O mapeamento também identificou um total de 1.120 instituições de apoio que atuam na economia solidária em todo o país. As instituições podem ampliar a dinâmica social no sentido de aumentar o capital social e produtivo criando novos arranjos institucionais resultantes da articulação de parcerias com: agências de desenvolvimento (os IDR); instituições de crédito; centros nacionais e internacionais de desenvolvimento tecnológicos; Emater; Sebrae; instituições governamentais; instituições não-governamentais; empresas que desenvolvem uma política de

⁴ Dados extraídos do Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005. Brasília: MTE, SENAES, 2006.

responsabilidade social; órgãos especializados junto às secretarias de planejamento, desenvolvimento econômico, indústria, comércio e agricultura; conselhos para a gestão integrada das políticas; fóruns permanentes de debates sobre o desenvolvimento local e economia solidária.

O envolvimento das universidades tem sido importante no apoio às iniciativas da economia solidária em vista da sua capacidade de pesquisa, extensão e transferência de tecnologia, portanto, na elaboração teórica e realização de atividades práticas executadas por meio das ações desenvolvidas nas Incubadoras Universitárias com envolvimento de professores, pesquisadores, técnicos e acadêmicos. As Incubadoras atendem às demandas tanto dos trabalhadores diretamente bem como as dos poderes públicos que procuram parcerias para apoiar a formação de empreendimentos econômicos solidários.

Incubadoras universitárias de empreendimentos econômicos solidários

As Incubadoras surgem a partir da demanda crescente de trabalhadores de todo país que buscam formar empreendimentos econômicos solidários. Desempenham um papel importante à medida que se tornam espaços de troca de experiências em autogestão e autodeterminação na consolidação desses empreendimentos e das estratégias para conectar empreendimentos solidários de produção, serviços, comercialização, financiamento, consumidores e outras organizações populares que possibilitam um movimento de realimentação e crescimento conjunto auto-sustentável.

As Incubadoras Universitárias de empreendimentos econômicos solidários constroem uma tecnologia social cada vez mais utilizada no âmbito das ações de geração de trabalho e renda. São espaços que agregam professores, pesquisadores, técnicos e acadêmicos de diversas áreas do conhecimento, bem como programas internos existentes nas universidades para desenvolverem pesquisas teóricas e empíricas sobre a economia solidária, além das atividades de incubação de empreendimentos econômicos solidários, com o objetivo de atender trabalhadores que tencionam organizar seus próprios empreendimentos sejam cooperativas, associações ou empresas autogestionárias, urbanas ou rurais.

Podemos destacar nessa área, a Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO).⁵ As Incubadoras da Rede UNITRABALHO estão integradas ao seu Programa Nacional de Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável e dispõem do apoio de um Grupo de Trabalho (GT) Nacional que traça as diretrizes do

Programa e dá suporte em questões teóricas e práticas. Esse GT é composto por 06 (seis) professores de universidades agregadas à rede e estão distribuídos nas regiões Norte, Nordeste, Centro-oeste, Sul e Sudeste, visando um atendimento ampliado e mais próximo em cada região.

As Incubadoras da Rede UNITRABALHO ajudam, na prática, a organizar, formar/orientar, acompanhar sistematicamente ou oferecer assessorias pontuais procurando qualificar técnica e administrativamente as pessoas interessadas em formar e melhorar seus Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). Por meio de processo educativo, orientado na participação e no diálogo, instrui quanto à organização do trabalho, aos aspectos da autogestão, de ordem jurídica, contábil, financeiro, relações interpessoais e outros aportes necessários. Tem como principal objetivo promover a geração e consolidação dos empreendimentos de autogestão. As Incubadoras procuram atuar em estreita articulação e parceria com os poderes públicos e com as iniciativas privadas nas localidades onde as ações são desenvolvidas.

As Universidades da Rede, por meio de suas Incubadoras, buscam resgatar o compromisso que, principalmente, a Universidade pública tem para com a sociedade que a mantém ao disponibilizar o seu saber técnico e científico. Elas têm uma função relevante, além do ensino e da pesquisa, na medida em que transferem conhecimentos para uma parte da coletividade que não teve acesso ao ambiente acadêmico e tampouco ao conhecimento gerado por ela.

O trabalho desenvolvido pelas Incubadoras da Rede UNITRABALHO junto aos EES incubados tem sido fundamental para a viabilidade e sustentabilidade dos mesmos. A competitividade no mercado exige que os empreendimentos tenham acesso às informações e tecnologias que lhes proporcionem eficiência e sustentabilidade. A incubação permite que eles se fortaleçam, pois vão dispor minimamente de:

- 1) orientação técnica especializada para a produção, bem como para a autogestão;
- 2) informações quanto às condições de entrada e permanência no mercado por meio de estudos específicos, bem como apoio para a inserção em cadeias

⁵ A Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho UNITRABALHO, criada em 1996, assiste empreendimentos de trabalhadores através dos Núcleos/Incubadoras Locais distribuídos em 40 Universidades em todo o país. A Rede UNITRABALHO como um todo interliga atualmente 90 universidades e instituições de ensino superior, que se agrupam em sete regionais e seus respectivos Núcleos Locais multidisciplinares desenvolvendo estudos, pesquisas e extensão sobre o mundo do trabalho.

ou arranjos produtivos, comércio local, nacional e internacional e

3) formação de centrais de comercialização ou cooperativas de 2º grau.

O processo de incubação permite, desde o início, que sejam feitas análises da viabilidade econômica dos empreendimentos. Estas análises depois resultam na elaboração dos Planos de Negócios. Os grupos incubados seguem sendo instrumentalizados sobre o processo de gestão do próprio empreendimento, sua relação com o mercado e outros pontos importantes que vão surgindo no decorrer do processo. As Incubadoras Universitárias se apresentam como uma opção acessível para os trabalhadores que querem começar um EES e produzir de forma eficiente, com qualidade e competitividade.

Processo de incubação como processo educativo

A incubação é um processo prático educativo de organização e acompanhamento sistêmico a grupos de pessoas interessadas na formação de empreendimentos econômicos solidários, tendo em vista a necessidade de dar suporte técnico a esses empreendimentos. Esse processo:

- valoriza o saber acumulado das pessoas e do grupo com vistas à inclusão social e econômica;
- acrescenta conhecimentos básicos de trabalho cooperativo e técnicas específicas de produção e gestão administrativa;
- orienta para o mercado e inserção em cadeias produtivas e/ou planos e arranjos produtivos locais etc.

Trata-se, portanto, de:

- unir “saber popular” a “saber científico” numa tentativa de transformação da prática cotidiana inter-relacionando as atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- um processo educativo que modifica as circunstâncias, os homens e as mulheres na sua maneira de ser e agir;
- um processo de construção e reconstrução de conhecimentos para os atores envolvidos em vários aspectos.

Os resultados podem ser observados tanto naqueles que organizam a incubação como nos que são incubados. Nas Universidades e suas Incubadoras, os professores, técnicos e acadêmicos despertam para outra forma de ver o mundo, passam a valorizar e estimular mais o diálogo, a participação e a autocrítica enquanto educadores e pessoas. Além disso, esta experiência enriquece e modifica a forma de ensinar, incitando a inter e multidisciplinaridade que são indispensáveis nesse trabalho coletivo. Também ativa a associação entre

ensino, pesquisa e extensão viabilizando a transferência de conhecimentos e tecnologias à comunidade.

Na comunidade, os trabalhadores que formam seus empreendimentos, além de viabilizar trabalho e renda, mudam sua forma de pensar e agir ao mesmo tempo em que se sentem mais seguros, mais respeitados, fortes ou empoderados para interagir na sociedade ou comunidade em que vivem. Ao adquirirem o status de cooperados ou associados, com autonomia para exercer a autogestão, esses trabalhadores ganham visibilidade. Passam a dispor de cidadania, elevam a auto-estima e resgatam a esperança, além de ter acesso e adquirir conhecimentos e tecnologias que as universidades, por meio de seus professores, pesquisadores, técnicos e acadêmicos, podem dispor. Tudo isso leva, indiscutivelmente, à melhoria na qualidade de vida desses trabalhadores que como eles mesmos relatam, deixam de ser “invisíveis”.

Por outro lado, percebe-se que esses trabalhadores, apesar das melhorias visíveis de patrimônio e renda, parecem ter apego relativo aos bens materiais ou ao dinheiro. O que mais os une são as relações humanas. À primeira vista é um paradoxo, pois carregam muitos conflitos pelas próprias histórias de vida, considerando que ao longo dos anos cada um, de modo diferente ou ao seu modo, acumulou seqüelas e bloqueios que afetam o relacionamento interpessoal e coletivo no trabalho. Estamos falando de uma parcela da população que traz o peso da exclusão econômica, social, do preconceito e também de carências como a alfabetização. Todas essas dimensões precisam ser trabalhadas e superadas. Por isso a importância das Incubadoras Universitárias terem em suas equipes diversas áreas de conhecimento, além daquelas voltadas para as técnicas organizacionais e de negócios, tais como: saúde, psicologia, educação, direito, recursos humanos, entre outras que, nesse sentido, podem trabalhar as questões de conflito, de conhecimento e reconhecimento de cada um em benefício do relacionamento pessoal, familiar e do trabalho coletivo, bem como do seu empreendimento, na tentativa de evitar movimentos de desestabilização.

A economia solidária ainda é um processo em construção, que já avançou muito no aspecto político, da educação, da formação, da organização, da produção e comercialização, mas há ainda muitas descobertas a serem feitas e longos caminhos a serem percorridos.

Referências Bibliográficas

ATLAS da economia solidária no Brasil 2005. Brasília: MTE, SENAES, 2006.

CULTI, Maria Nezilda. **Sócios do Suor: cooperativas de trabalho**. In: O Mundo do Trabalho e a Política: Ensaio

Interdisciplinares, Maringá: Eduem, 2000.

_____. **O desafio do processo educativo na prática de incubação de empreendimentos econômicos solidários.** (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo-USP/SP, São Paulo, 2006.

_____. **Popular cooperative enterprises: a process of (Re)education.** In: The Injustice at Work: An International View on the World of Labour and Society. Frankfurt am Main: Peter Lang, 2002.

_____. **El cooperativismo popular en Brasil: importancia y representatividad.** In: Anais do Terceiro Congresso Europeo de Latinoamericanistas: Amsterdam, Holanda, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, Coleção Leitura, 1996.

GAIGER, Luiz Inácio Germany (Org.). **Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SINGER, Paul & Souza, André Ricardo de. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo: Contexto, 2000.

SOUZA, André R. de & outros. **Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia Solidária.** São Paulo: Contexto, 2003.



▲ **Atlas da Economia Solidária no Brasil -**
Ministério do Trabalho e Emprego
http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies_atlas.asp

▲ **O Povo Trama**
Ranússia dos Santos
http://www.fase.org.br/noar/anexos/acervo/23_trama.pdf



UCPel Dunas Vest.

Tecnologias no processo de incubação: refletir para implementar

Gonçalo Dias Guimarães *

* Coordenador da ITCP COPPE/UFRJ

Artigo elaborado com a colaboração de Fausto Oliveira, jornalista da FASE.

Implementar tecnologia em empreendimentos populares é condição para o trabalho de uma incubadora de cooperativas. São vários os aspectos que marcam a diferença do processo de incubação em relação ao assessoramento. O processo de incubação deve ter a finalidade definida de intervir no nascimento de um tipo de empreendimento coletivo a que chamamos cooperativas. Ajudar esta construção, conferir assessoria política à constituição de uma rede de pessoas que, uma vez organizadas, saberão conduzir seus destinos por conta própria. Este deve ser o objetivo. Por isso mesmo, ao contrário do que às vezes se pensa, o processo de incubação deve ter início, meio e fim. Realizar esta tarefa pressupõe a implementação de tecnologias, já que isso significa não apenas a informatização, mas também a introdução de técnicas para incrementar e agregar valor ao produto e serviço, e ainda mudanças na forma de produzir que otimizem as possibilidades daquele empreendimento. Apenas assim uma cooperativa poderá sair do processo de incubação diferente do que era quando nele ingressou.

Estes princípios metodológicos têm guiado o trabalho da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Coppe-UFRJ bem como a nossa participação no PRONINC Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares. A trajetória histórica deste programa que se inicia em meados da década de 1990, com o despertar das atenções para o problema do desemprego estrutural, está ligada justamente à superação da idéia de que políticas de qualificação profissional tinham fim em si mesmas. Projetos estruturantes que começam a surgir nesta época como, por exemplo, a formação da rede Unitrabalho, o projeto Integrar CUT, a criação da Anteag, entre outros, trazem a preocupação de abordar as dinâmicas de reordenação do mundo produtivo. As incubadoras de

cooperativas que vêm surgindo desde então buscam dar respostas ao problema por meio de uma metodologia integrada de organização social e produtiva nos territórios, o que pode ser feito pela agregação de tecnologias, como mencionado acima.

Em nossa história, temos vivido uma aprendizagem sobre os limites e as possibilidades deste tipo específico de organização produtiva de cidadãos. O acompanhamento das transformações das cooperativas demandou a construção de indicadores adequados para medir o sucesso dos empreendimentos populares. Percebemos que não era adequado aplicar indicadores geralmente usados para empresas comerciais comuns, que têm outro nível de investimento, outra presença na sociedade e, assim, outros resultados. Os indicadores são uma espécie de código socialmente aceito e, portanto, as cooperativas precisam usá-los se quiserem ter acesso a créditos, fundos públicos e mercados. Mas como a natureza destes empreendimentos é diferenciada, não seria honesto medi-las apenas pela dimensão de seu faturamento anual. Isso não significa que uma cooperativa deva ser apresentada exclusivamente como experimento social para redução da pobreza em uma dada comunidade. É preciso conjugar as duas esferas de discurso o econômico e o social na elaboração de um indicador que expresse com tanta fidelidade quanto possível o significado de uma cooperativa popular.

Assim, criamos o Indicador de Desenvolvimento de Cooperativas Populares. Ele é constituído de dois sub-indicadores: um se refere à sustentabilidade econômica, o outro à sustentabilidade cooperativa. No primeiro, avaliamos os fatores de uma cooperativa que propiciam uma qualidade de vida mínima para seus associados. Já o indicador da sustentabilidade cooperativa é o que nos permite ver como determinado empreendimento está

consolidando suas relações internas e com a sociedade. Para a incubadora, é preciso saber se foram removidos os entraves tanto do ponto de vista econômico e produtivo quanto do ponto de vista da democracia interna e das relações éticas e solidárias do empreendimento com atores externos. A boa cooperativa será aquela que tiver uma boa média dos dois sub-indicadores, constituindo-se assim como um empreendimento economicamente rentável sem deixar de ter uma presença socialmente enriquecedora.

A criação do sistema de indicadores é chave para o sucesso do processo de incubação. São os indicadores que permitem identificar fraquezas e erros nas cooperativas enquanto ainda é tempo de corrigi-los. Na ITCP-Coppe, a rotina de monitoramento é feita semestralmente por meio de um sistema eletrônico de informações, que usa a internet como meio de comunicação entre incubadora e cooperativas. Isso permite discernir onde estão os pontos fracos e, principalmente, qual é a sua origem. Dizer que uma determinada cooperativa está fora do mercado do qual se propõe participar não basta. É preciso saber se a responsabilidade por isso é da própria cooperativa ou se o problema está nos métodos da incubadora. O monitoramento feito pela ITCP-Coppe é por meio do site www.cooperativismopopular.ufrj.br, onde existem áreas restritas aos grupos atendidos pela incubadora, mas também é possível ao público em geral conhecer mais sobre o trabalho.

A integração de ferramentas de informática ao trabalho com cooperativas é de fundamental importância. Não concebemos cooperativas que possam se desenvolver a contento em meio ao analfabetismo digital. O sistema de monitoramento mencionado acima é um dos frutos de um esforço de informatização das cooperativas. Mas os resultados deste trabalho não se resumem à reunião de informações visando o acompanhamento. Afinal, a tarefa precípua das cooperativas populares é realizar uma inserção econômica de grupos precarizados e isso depende de acesso a mercados. No Brasil, o maior mercado é o poder público. Com a introdução dos sistemas de compra governamental por meio de pregões eletrônicos, se as cooperativas estiverem fora da internet, terão sérias restrições em suas chances de comercialização. Em nossa trajetória, entendemos que as metodologias de incubação deveriam agregar a informatização, mas não no sentido estreito e reduzido que se restringe a pôr um computador na frente do grupo de trabalhadores. Foi então que, além de criar um sistema integrado de gestão, vimos que poderíamos criar conteúdos específicos de trabalho para as cooperativas. Alguns exemplos: ao ensinarmos como usar softwares de contabilidade, propomos exercícios com planilhas de preço; ao ensinarmos o uso de editores de texto, trabalhamos com

cartas de apresentação; o mesmo se dá com softwares de programação visual, com os quais estimulamos a criação de logomarcas para as cooperativas.

Percebemos que havia dois caminhos a seguir: apenas informatizar as cooperativas ou fazer da informatização um processo cooperativista. Escolhemos o segundo. Com a evolução desta iniciativa, hoje a ITCP-Coppe conta com produção audiovisual e radiofônica destinada às cooperativas e transmitida via internet. Este material tem demonstrado ser uma importante alternativa de formação e troca de experiências em âmbito nacional. Se uma empresa comercial não pode mais prescindir das tecnologias de informação e comunicação para competir, por que as cooperativas populares deveriam?

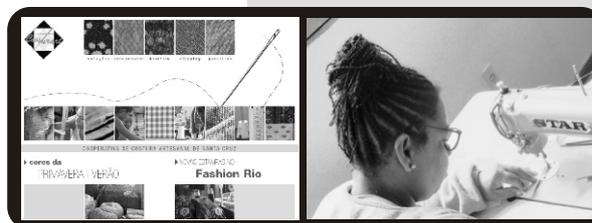
E aqui entra uma questão que nos parece crucial para o debate. Uma incubadora universitária não terá exatamente este tipo de papel? Seria ocioso defender a importância do trabalho de organização da população, mas isso é algo que muitas organizações de naturezas diversas sabem fazer. E fazem bem. Mas o apoio na inserção tecnológica, a integração dos empreendimentos para além dos limites territoriais, quem está fazendo? Talvez o papel das universidades no processo de estabelecimento do cooperativismo popular como alternativa econômica seja o de complementar ações políticas de tantos outros atores. É uma questão para o debate.

O que certamente é papel das universidades nesse processo é forçar a geração de políticas públicas que criem um ambiente favorável às cooperativas. São muitas as possibilidades de políticas com este fim. Cooperativas deveriam estar sob um regime tributário diferenciado. Políticas de educação mais sólidas é um pré-requisito para que trabalhadores organizados consigam se desenvolver e reduzir assim a demanda por empregos formais. A concessão de crédito popular para empreendimentos coletivos, a concessão de alvarás de funcionamento, o grau de rigidez e tolerância na ação de fiscais também são aspectos do desenvolvimento das cooperativas que poderiam ser estimulados por meio de políticas públicas. Travar este debate é papel das universidades. Não se trata de defender grupos populares já constituídos, mas sim de debater as reais possibilidades de um desenvolvimento sócio-econômico baseado em princípios de igualdade de oportunidades e democracia.

A experiência de incubadoras de cooperativas em processos como o que foi aberto pelo Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares PRONINC é fundamental e deve ser aproveitada para a discussão de um modelo de desenvolvimento mais justo e democrático. São casos de uso criativo de tecnologias sociais que têm gerado resultados positivos. No que toca

às incubadoras, muitas delas têm dado uma consistente contribuição para a definição de futuras políticas públicas de desenvolvimento de cooperativas através de seus indicadores e das metodologias organizativas e produtivas. Cabe-nos disputar na sociedade o modelo de desenvolvimento e vencer os preconceitos que,

infelizmente, ainda cercam os grupos de trabalhadores que se qualificam e estão em condições de competir com empresas comerciais, mas mesmo assim encontram barreiras para entrar em certos mercados. Sem dúvida, é a hora de políticas públicas consistentes em favor das cooperativas populares.



www.cooperativismopopular.ufrj.br/coosturart



www.cooperativismopopular.ufrj.br



UFS - COOPERFEC - Cooperativa incubada pela Universidade Federal de Sergipe

Contribuições ao processo de institucionalização do PRONINC

Ana Paula de Moura Varanda *

* Geógrafa, mestre em Planejamento Urbano e Regional, professora da Fundação Municipal de Educação de Niterói e coordenadora técnica do Projeto de Acompanhamento do PRONINC.

Introdução

Desde março de 2005, a FASE vem desenvolvendo o Projeto de Acompanhamento do PRONINC - Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares. Neste período, visitou 33 incubadoras apoiadas pelo Programa e uma amostra de 91 grupos incubados. Os projetos visitados e acompanhados foram financiados através da chamada pública realizada pelo PRONINC em setembro de 2003.

A metodologia adotada pelo projeto baseou-se na *noção de acompanhamento*, partindo da percepção de que a avaliação do Programa deveria configurar-se como uma estratégia processual e participativa. Os parâmetros, conceitos e indicadores para a leitura conjunta dos projetos seriam definidos progressivamente a partir de diferentes formas de interação (reuniões com o Comitê Gestor do Programa, oficinas, seminários, visitas a incubadoras e empreendimentos¹) entre os atores envolvidos na construção do PRONINC enquanto política pública. Nesse processo, a FASE procurou desempenhar um papel de agente intermediador na criação de um ambiente avaliativo para o PRONINC, buscando dar maior transparência e visibilidade aos resultados e iniciativas apoiadas.

Os resultados dos encontros promovidos e relatórios das visitas realizadas indicam a relevância do desenvolvimento das metodologias de incubação de empreendimentos solidários e de seus desdobramentos na produção do conhecimento, através das estratégias adotadas para institucionalizar as Incubadoras de

Cooperativas Populares nas Universidades. Estes são elementos que demonstram a importância do Programa e marcam o seu diferencial frente a outras políticas públicas e iniciativas que também desenvolvem procedimentos de assessoria e acompanhamento a grupos produtivos do segmento popular.

O PRONINC e a construção da economia solidária

As metodologias de incubação de empreendimentos solidários e os princípios que orientam a atuação das incubadoras integram um debate mais amplo sobre a construção de alternativas face às mudanças contemporâneas evidenciadas no mundo do trabalho. Pelas características que envolvem o desenvolvimento e a transmissão de conhecimentos, estas metodologias possuem um caráter bastante diferenciado das políticas públicas de qualificação profissional voltadas para o crescimento do índice de empregabilidade e a entrada e permanência no mercado de trabalho. Isto porque estão inseridas no movimento da economia solidária, assim como se relacionam com outros movimentos sociais, encontrando em suas diretrizes importantes referenciais para o seu agir.

Em certas circunstâncias, é comum as incubadoras interagirem com organizações não-econômicas de grupos

¹ Os relatórios dos seminários e oficinas, assim como a apresentação e discussão das informações captadas durante as visitas podem ser encontradas no site www.acompanhamentoproninc.org.br

marginalizados como associações de moradores e cooperativas de habitação que buscam regularizar os títulos de propriedade e lutam pela conquista de moradias adequadas e melhorias para os bairros; movimento de organização dos espaços agro-ecológicos; movimento dos sem-terra; movimentos de catadores de resíduos sólidos, entre outros. Em muitos casos estas iniciativas acabam constituindo empreendimentos econômicos coletivos; em outros, a própria organização dos empreendimentos requer estratégias de mobilização social para que as possibilidades de inserção produtiva em determinados segmentos sejam asseguradas. Este é o caso das associações e cooperativas de catadores, que aparecem como um dos principais segmentos apoiados pelas incubadoras. Muitos destes grupos integram o *Fórum Lixo e Cidadania*, que atua para melhorar a qualidade de vida dos catadores e também reivindica uma gestão integrada dos resíduos sólidos nos municípios. Assim, as incubadoras e empreendimentos incubados procuram fortalecer suas iniciativas buscando constituir e participar de fóruns (especialmente os fóruns de economia solidária em suas diferentes escalas municipal, estadual e nacional) e redes, compondo estratégias que articulem múltiplos atores e iniciativas nas esferas política, econômica e social.

Outra iniciativa relevante do ponto de vista da criação de um ambiente externo favorável à inserção dos grupos pode ser observada na contribuição ao desenho e implementação de políticas públicas no campo da economia solidária. Esta contribuição pode se dar através de iniciativas como assessoria à elaboração de legislações, montagem de cursos voltados para gestores públicos e da sociedade civil e apoio na formulação de políticas e programas para o setor.

A constituição institucional do PRONINC e as vertentes de atuação das Incubadoras

As discussões estabelecidas entre a equipe do Projeto de Acompanhamento, incubadoras, empreendimentos incubados e membros do Comitê Gestor do Programa nos permitem resgatar alguns elementos relativos à história do PRONINC e sua institucionalização enquanto política pública contextualizando o conjunto de iniciativas e articulações que levaram à sua retomada ao final de 2003, e à indicação das principais linhas estratégicas que justificam a manutenção do Programa.

O PRONINC se estrutura a partir 1998 no apoio ao surgimento de ITCPs - Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares em seis Universidades no país. A

justificativa para a configuração do programa nesse momento se deve à experiência inovadora de fundação da ITCP/COPPE-UFRJ a partir da metodologia de incubação da Cootram Cooperativa dos Trabalhadores de Manguinhos. Nessa primeira fase do programa foram apoiados seis projetos que visavam implantar incubadoras. Além da ITCP-COPPE, o PRONINC atendeu às demandas para a montagem de Incubadoras de Cooperativas Populares nas seguintes Universidades: Federal do Ceará, Federal de Juiz de Fora, Universidade de São Paulo, Universidade Estadual da Bahia e Federal Rural de Pernambuco.

Após o lançamento deste primeiro edital, a continuidade do Programa foi interrompida por falta de financiamento. No entanto, a partir destas seis Incubadoras e da atuação da Rede Unitrabalho e da Rede Universitária de ITCPs, surgiram outras nove Incubadoras e diversos núcleos universitários inspirados nesta atividade. Para isso as duas redes, às quais as Incubadoras estão ligadas, contribuíram de maneira decisiva. Desenvolveram um conjunto de atividades interessadas na troca de experiências, em discutir metodologias, na formação continuada das equipes, em construir parcerias e buscar financiamentos que tiveram importantes efeitos para difundir e consolidar as experiências em curso.

Diante do êxito da primeira edição do PRONINC, no segundo semestre de 2003, o Ministério do Trabalho e Emprego, através da recém criada Secretaria Nacional de Economia Solidária, o Ministério do Desenvolvimento Social, a FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos, a FBB - Fundação Banco do Brasil, o Banco do Brasil e o COEP - Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida decidiram reativar o Programa. Recentemente os Ministérios da Saúde e da Educação também foram incorporados ao Comitê Gestor do PRONINC e 40 Incubadoras recebem, atualmente, financiamento através do Programa.

Mapa de Incubadoras Universidades apoiadas atualmente pelo PRONINC



Figura 1 – Mapa de Incubadoras do PRONINC.

Universidades que integram atualmente o PRONINC

Universidades	Estado	Universidades	Estado
UFAM	AMAZONAS	PUC	RIO DE JANEIRO
UFRA	PARÁ	CEFET	RIO DE JANEIRO
UFPA	PARÁ	UFF	RIO DE JANEIRO
UNEB	BAHIA	USP	SÃO PAULO
CEFET	BAHIA	FGV	SÃO PAULO
UFRPE	PERNAMBUCO	UNICAMP	SÃO PAULO
UFAL	ALAGOAS	UNIMEP	SÃO PAULO
UFS	SERGIPE	UFSCar	SÃO PAULO
UFC	CEARÁ	UNESP	SÃO PAULO
UFPB	PARAÍBA	Fundação Santo André	SÃO PAULO
UFMS	MATO GROSSO DO SUL	UEL	PARANÁ
UEMS	MATO GROSSO DO SUL	UFPR	PARANÁ
UNEMAT	MATO GROSSO	UEM	PARANÁ
UFJF	MINAS GERAIS	FURB	SANTA CATARINA
UFLA	MINAS GERAIS	FUNOESC	SANTA CATARINA
UFV	MINAS GERAIS	UNOCHAPECO	SANTA CATARINA
UFVJM	MINAS GERAIS	UCPEL	RIO GRANDE DO SUL
UNIFEI	MINAS GERAIS	FURG	RIO GRANDE DO SUL
UFSJ	MINAS GERAIS	UNISINOS	RIO GRANDE DO SUL
UFRJ	RIO DE JANEIRO	UNIJUI	RIO GRANDE DO SUL

Figura 2 - Universidades apoiadas pelo PRONINC

No período em que foram realizadas as visitas às experiências (abril a setembro de 2005), as Incubadoras atendiam a 315 empreendimentos (média de 9,5 por incubadora), com cerca de 9 mil participantes. Entre 2003 e 2005 (gráfico 1) ocorreu um aumento expressivo tanto no número de empreendimentos incubados (82%),

quanto no de participantes (110%), o que pode ser atribuído ao surgimento de novas incubadoras e à intensificação das ações das incubadoras existentes, possivelmente como resultado da retomada do PRONINC.

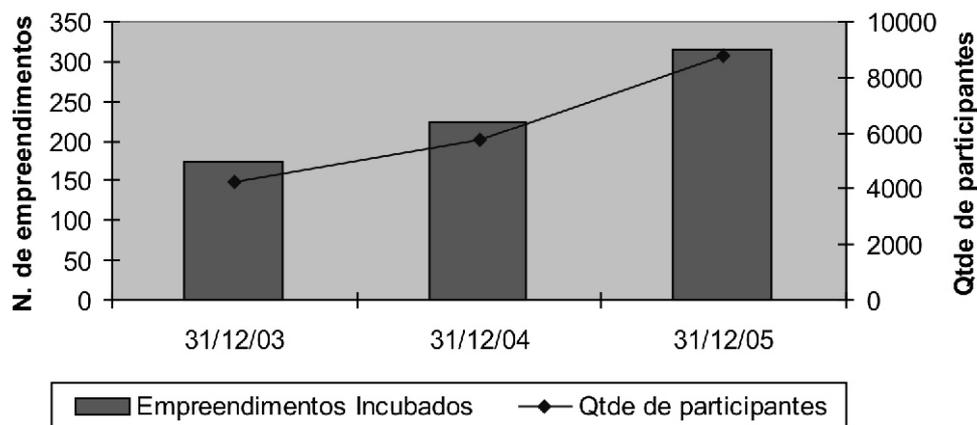


Figura 3 - Número de empreendimentos incubados e de participantes.

Apesar da relevância e dos impactos alcançados pelas incubadoras, o PRONINC ainda busca sua institucionalização enquanto política pública. As fontes de recursos para a continuidade do Programa são instáveis e condicionadas ao lançamento de chamadas públicas e editais que atendem a demandas postas pelas instituições que compõem o seu Comitê Gestor. Desta forma, as incubadoras vinculam-se ao Programa a partir da implementação de projetos financiados pelas entidades

que integram o Comitê Gestor e que trazem junto com o financiamento demandas específicas a respeito do atendimento a determinado público-alvo, cadeias produtivas e territórios. Ainda que o lançamento de editais tenha viabilizado o funcionamento do Programa até o momento, a disponibilidade de fontes de recursos regulares para a manutenção da estrutura institucional das incubadoras apresenta-se como uma necessidade.

Regiões	Incubadoras	Empreendimentos
Norte	2	18
Nordeste	8	82
Centro -Oeste	2	16
Sudeste	12	112
Sul	9	87
Total	33	315

Figura 4 - Incubadoras e empreendimentos incubados através do edital lançado em 2003 pelo PRONINC e avaliados através do Projeto de Acompanhamento desenvolvido pela FASE.

Conforme observado durante a pesquisa, o êxito das atividades de acompanhamento aos grupos incubados está diretamente relacionado com a garantia da manutenção dos espaços para reflexão das experiências, o que permite visualizar e implantar alternativas a médio e longo prazo. As Universidades vêm recebendo inúmeras demandas de órgãos das administrações municipais, movimentos sociais e de programas sociais públicos para o estabelecimento de diferentes formas de cooperação e assessoria na constituição de empreendimentos autogestionários e solidários. Entretanto, a qualidade e a estabilidade no atendimento destas necessidades dependem da continuidade das atividades que configuram seu campo institucional enquanto estruturas que asseguram o espaço para a reflexão dos temas do cooperativismo e da economia solidária. Esta é uma vertente importante do campo de ação das Incubadoras e que tem impacto direto sobre o desenvolvimento de estudos, pesquisas e tecnologias demandadas através dos procedimentos de acompanhamento aos empreendimentos incubados, contribuindo para maior estabilidade das equipes executoras e continuidade das atividades.

A esta vertente também se vincula à proposta da metodologia de incubação, desenvolvida pelas Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, como tecnologia social². Isto porque as Universidades desempenham um papel fundamental na manutenção do viés ideológico expresso no conceito. De acordo com o edital elaborado pela Rede de Tecnologia Social (RTS) em 2004, “a incubação e apoio a empreendimentos solidários é uma metodologia de ensino, aprendizagem e transferência de tecnologia de gestão para a criação de empreendimentos, valorizando a autogestão e inclusão social. O processo envolve a dimensão do letramento e acesso ao conhecimento e tecnologia”.

Através das relações estabelecidas entre incubadoras e grupos populares é possível submeter os processos de inovação tecnológica ao controle social no caminho da reorientação do padrão tecnológico vigente, socializando saberes e abrindo a possibilidade de projetos técnico-científicos voltados para o desenvolvimento humano e pautados na noção de sustentabilidade. Na concepção da metodologia de incubação de empreendimentos solidários como tecnologia social está compreendido o processo de apropriação das forças produtivas, tal como proposto por Marx e Engels³. Isto envolve, além do acesso aos meios de produção, procedimentos voltados para o desenvolvimento das capacidades individuais e coletivas para interferir nas formas de organização do trabalho, nas técnicas empregadas nos processos produtivos e nas

relações com o saber e as instituições de ensino.

Considerando que os processos de inovação expressos no padrão tecnológico dominante, quando incorporados às atividades produtivas, exercem um impacto negativo na redução do trabalho assalariado e produtivo e nos mecanismos de exploração e dominação, as incubadoras atuam para o desenvolvimento de tecnologias voltadas para a organização do trabalho com foco na autogestão. Isto pode influenciar a configuração de um sistema cooperativista, que inclua estruturas voltadas para a inovação. Iniciativas inspiradas nessa idéia e destinadas a organizar o sistema cooperativista vêm sendo realizadas por pesquisadores vinculados às incubadoras no desenvolvimento de estudos e na elaboração de legislações na área, tendo como diretriz a concepção do Direito que vai além das normas e dispositivos legais. Inclui-se aqui também as estruturas de representação do cooperativismo popular e do movimento da economia solidária no país, significando a conquista de poder político. Esta abordagem parte da premissa de que as legislações devem abarcar as práticas sociais, através das quais são gerados os procedimentos para a sua formulação e aplicação.⁴

Como dimensão do letramento⁵ e do estabelecimento de espaços de aprendizagem, as metodologias de incubação constroem, a partir do universo das atividades práticas, junto aos grupos incubados, a base para a socialização e sistematização de conhecimentos, construindo um novo modelo para as relações entre ciência, tecnologia e sociedade. Para a maioria das incubadoras, os procedimentos de acompanhamento aos grupos podem ser traduzidos enquanto práticas formativas que visam a sustentabilidade e a autonomia do empreendimento. Os referenciais teóricos da educação popular, tendo por base o construtivismo e o pensamento de Paulo Freire, orientam os procedimentos de assessorias, formações e

² Parte das Universidades apoiadas pelo PRONINC e participantes das Redes de Incubadoras que compõem o Comitê Gestor do Programa integram atualmente a Rede de Tecnologia Social, que recentemente lançou uma chamada pública visando a reaplicação da metodologia de incubação.

³ MARX, K. e ENGELS, F. A Ideologia Alemã. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

⁴ Para aprofundar a análise sobre as relações entre Estado e Sociedade Civil na conformação do Direito e da legislação cooperativista no país vide: GEDIEL, José Peres. Estudos de Direito Cooperativo e Cidadania. Curitiba: UFPR, 2005.

⁵ O conceito de letramento, especialmente aplicado à educação de jovens e adultos, compreende a construção de métodos de aprendizagem tendo como princípio a abordagem de conteúdos e temas a partir do universo cultural dos sujeitos e de sua aplicação ao contexto vivido.

demais atividades desenvolvidas junto aos grupos. E, normalmente, envolvem a realização de diagnóstico participativo, cursos de cooperativismo e economia solidária, planejamento participativo/plano de negócios e assessorias (contábil, jurídica, econômica, informática e outras).

Em geral, as equipes executoras dos projetos são multidisciplinares e adotam métodos interdisciplinares com o planejamento de atividades, elaboração de ferramentas e recursos pedagógicos a partir do envolvimento de diferentes áreas do conhecimento e transdisciplinares, com a adoção de procedimentos voltados para a construção de novos campos disciplinares a partir da colocação de demandas que extrapolam os limites que orientam os paradigmas das disciplinas convencionais⁶. Desta forma, pode-se observar uma tendência voltada para a criação de grupos de trabalho e equipes temáticas (viabilidade econômica, gestão, pedagógica etc). Em algumas experiências, especialmente nas mais antigas, a articulação entre equipes de pesquisa e de campo resultou na configuração de disciplinas, núcleos de pesquisa e programas de pós-graduação.

Às Incubadoras são apresentados desafios que, no momento atual, se ampliam à medida que suas atividades crescem a partir das demandas das parcerias e diferentes formas de cooperação com programas sociais públicos, prefeituras e movimentos sociais e advindas da participação em editais. Através da presença na Rede de Tecnologia Social as incubadoras vêm atuando na reaplicação da metodologia de incubação, o que envolve a transferência dos procedimentos adotados para a constituição de incubadoras e de acompanhamento a grupos, para universidades, prefeituras e ONGs.

Chamadas a atender às solicitações encadeadas pelo reconhecimento da economia solidária como alternativa ao desafio da inclusão econômica e social, as incubadoras necessitam de fontes de financiamento estáveis que possibilitem a manutenção de suas estruturas de funcionamento enquanto espaços de reflexão e de acompanhamento aos grupos dentro dos princípios de autonomia que possam influenciar transformações mais amplas. Para este objetivo os recursos propiciados através do PRONINC têm uma contribuição fundamental.

Referências Bibliográficas

- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- Fundação Banco do Brasil. **Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: 2004.
- GEDIEL, José Peres. **Estudos de Direito Cooperativo e Cidadania**. Curitiba: UFPR, 2005.
- MARX, K. e ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes 1998.
- MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- VYGOTSKY, L.S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

⁶ Esta abordagem encontra referência em autores como Edgar Morin (1999), que aponta possibilidades de reestruturação de saberes diante da complexidade assumida pelas diversas formas de fragmentação observadas na sociedade contemporânea.

PRONINC Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares



PROJETO DE ACOMPANHAMENTO PRONINC

Página Inicial | Quem Somos | Histórico | Projeto de Acompanhamento | Serviços | Contato | Estatísticas | Tipos de Incubadoras | Parceiros e Integrações | Sistema de Informação | Publicações

Últimas Notícias

Relatório do Sistema de Acompanhamento do Proninc

A 1ª Reunião de Trabalho para Avaliação do Projeto de Acompanhamento do Sistema de Incubadoras do Proninc ocorreu em 20 de maio de 2015 na ocorrência de Sistema de Acompanhamento do Proninc, realizado em parceria com a Associação de Incubadoras Populares e em parceria com o Boticário, organizador do evento e em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Seminário de Avaliação do Proninc

No dia 10 e 11 de novembro de 2015 a FASE, na sede do LABRJ e do Pólo Juruá, realizou a Avaliação do Proninc, com a participação de representantes de organizações parceiras do Proninc, integrantes do Comitê Gestor do Programa - Integrado à ZENACOM, o Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério da Saúde, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Ministério da Educação, Ministério da Cultura e do Turismo, Ministério da Justiça, Ministério da Defesa, Ministério da Saúde e do Trabalho e do Emprego.

O objetivo principal do Proninc é a avaliação do trabalho realizado pelo Proninc e a avaliação das perspectivas futuras do Programa. O Projeto de Acompanhamento do Proninc, desenvolvido pela FASE, tem como objetivo avaliar o trabalho das Incubadoras Populares e em 2015 avaliar o trabalho das Incubadoras Populares em 2015 e em 2016 avaliar o trabalho das Incubadoras Populares em 2016 e em 2017 avaliar o trabalho das Incubadoras Populares em 2017 e em 2018 avaliar o trabalho das Incubadoras Populares em 2018 e em 2019 avaliar o trabalho das Incubadoras Populares em 2019 e em 2020 avaliar o trabalho das Incubadoras Populares em 2020 e em 2021 avaliar o trabalho das Incubadoras Populares em 2021 e em 2022 avaliar o trabalho das Incubadoras Populares em 2022 e em 2023 avaliar o trabalho das Incubadoras Populares em 2023 e em 2024 avaliar o trabalho das Incubadoras Populares em 2024 e em 2025 avaliar o trabalho das Incubadoras Populares em 2025 e em 2026 avaliar o trabalho das Incubadoras Populares em 2026 e em 2027 avaliar o trabalho das Incubadoras Populares em 2027 e em 2028 avaliar o trabalho das Incubadoras Populares em 2028 e em 2029 avaliar o trabalho das Incubadoras Populares em 2029 e em 2030 avaliar o trabalho das Incubadoras Populares em 2030.

Projeto de Acompanhamento do Proninc
www.acompanhamentoproninc.org.br



Cooperdef, cooperativa incubada pela ITCP-Unochapecó

Os diálogos e as sinergias entre o PRONINC, as cooperativas populares e a economia solidária

Benedito Anselmo Martins de Oliveira *

* Professor do Departamento de Ciências Administrativas e Contábeis - DECAC da Universidade Federal de São João del Rei - UFSJ; Coordenador Nacional da Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares - ITCPs; Membro da Coordenação Nacional do Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES; Membro do Conselho Nacional de Economia Solidária - CNES.

Introdução

A expansão da economia solidária no Brasil, enquanto movimento social e/ou como política estratégica de desenvolvimento, tem estimulado debates sobre o progresso e os possíveis resultados dessa nova economia. Alguns destes debates refletem sobre as articulações de forças sociais e a formatação, implementação e avaliação de políticas públicas. Por esta razão, por exemplo, cresce cada vez mais o número de reflexões e estudos acerca das ações e representatividade do Fórum Brasileiro de Economia Solidária FBES, que é reconhecido como um dos principais atores do movimento brasileiro de economia solidária. Por outro lado, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) têm adquirido reconhecimento enquanto esferas de importância estratégica e como valiosos espaços de discussão e encaminhamento de sugestões sobre as ações do governo federal a respeito da consecução e implementação de políticas públicas para o setor. Para mais além, o CNES tem instigado a discussão sobre os suportes necessários para que a expansão da economia solidária seja contínua e com sustentabilidade, um exemplo de suporte são as legislações específicas para as cooperativas populares e os demais empreendimentos de economia popular e solidária. A partir desse mesmo objetivo, pela busca de possibilidades que facilitem o desenvolvimento da economia solidária, vários eventos estão acontecendo pelo Brasil afora. Estes eventos quase sempre demonstram a relação sinérgica que está ocorrendo entre as políticas públicas e as demandas dos empreendimentos econômicos populares e solidários. Um exemplo foi a I

Conferência Nacional de Economia Solidária, realizada em Brasília, entre 26 e 29 junho de 2006¹. Esta Conferência significou uma espécie de pacto solidário entre os três principais segmentos que participam dos diálogos sobre economia solidária no Brasil: empreendimentos econômicos solidários, gestores públicos e entidades de assessoria. Deste pacto emergiram propostas de atividades que podem ser consideradas como pontos cardeais para muitas das ações de economia solidária pensadas para o território brasileiro.

Entretanto, é a expansão destas ações que possibilita avaliar de diferentes maneiras as relações que medram delas. Uma importante relação é a que envolve as práticas do cooperativismo popular e da economia solidária, impulsionada por uma política pública denominada Programa de Apoio às Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (PRONINC), que é executado através das ITCPs que funcionam em várias universidades brasileiras.

O PRONINC como política pública

O apoio às atividades de incubagem promovido pelo PRONINC permite que sejam desenvolvidas pelo menos cinco importantes práticas, quais sejam: a) estender políticas públicas para dentro das ações universitárias; b) estimular novas formas de relação da universidade com a sociedade; c) garantir o apoio às atividades universitárias

¹ Observar sobre isto os Anais da I CONAES, que podem ser encontrados através dos sites: www.mte.gov.br ou www.fb.es.org.br

que conseguem fazer um diálogo nítido entre ensino e pesquisa; d) fortalecer as práticas de assessoria universitária às organizações formadas por pessoas consideradas excluídas ou em risco de exclusão; e e) possibilitar uma inter-relação entre universidades situadas em diversas regiões do país propiciando um riquíssimo debate metodológico e uma razoável produção acadêmica que alimentem as reflexões a respeito da economia solidária e das alternativas de desenvolvimento com sustentabilidade.

Algumas destas práticas podem representar absolutas novidades no relacionamento entre as universidades e os setores sociais que até bem pouco tempo as enxergavam como ambientes de privilégio para as camadas mais favorecidas da sociedade. Isto é, algumas destas práticas refletem na reconceituação da extensão universitária no Brasil. O PRONINC representa hoje um valioso instrumento de política pública. Ao mesmo tempo em que favorece as práticas acima expostas, estimula uma nova forma de se pensar o fazer universitário intimamente relacionado com as demandas de outros atores que participam da construção de um pensar alternativo para o desenvolvimento brasileiro como: a FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos do Ministério da Ciência e Tecnologia; o Banco do Brasil e a Fundação Banco do Brasil; o COEP; o Ministério do Desenvolvimento Social; o Ministério da Educação; o Ministério do Trabalho e Emprego, através da SENAES; a Fundação Unitrabalho; a Rede de ITCs e da FASE Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, que na atual versão do PRONINC é a responsável pela condução do processo de acompanhamento deste programa.

Por esta razão, pode-se considerar o PRONINC como um dos importantes instrumentos de política pública e como um valioso suporte ao desenvolvimento da economia solidária no Brasil, especificamente quando apóia as atividades de dezenas de incubadoras no trabalho de assessoramento a centenas de coletivos (cooperativas populares, associações, grupos de ajuda mútua, redes de solidariedade, clubes de trocas etc.), que são unidades de sustentação deste novo modo de se fazer economia.

Diálogos provocados pelo PRONINC

A existência do PRONINC e seus resultados possibilitam afirmar que ele pode ser considerado. Mas é, sobretudo, a partir das provocações que emergem de seus resultados que se pode afirmar que o PRONINC, para além de uma política pública, representa uma ação governamental que traz consigo a provocação de importantes diálogos entre a sociedade e o Estado, entre políticas públicas e entre a universidade e a sociedade. Neste último diálogo que o

PRONINC provoca, pode-se perceber o surgimento de pistas para uma nova conceituação de extensão universitária no Brasil, sobretudo quando estas pistas surgem baseadas na produção e troca de saberes e alimentam atividades de pesquisa e ensino que resultam em uma série de produções acadêmico-científicas.

Ao estimular uma nova relação inter-universidades que possuem ações financiadas por este programa, vislumbra-se como resultado a possibilidade de centenas de novos coletivos aumentarem ainda mais o número de unidades de sustentação da economia solidária. Por este motivo o PRONINC deve ser reconhecido como uma política pública de apoio ao desenvolvimento da economia solidária no Brasil e, ao mesmo tempo, como uma política de incentivo a um novo e promissor fazer universitário.

E, ainda, ao estimular a economia solidária, o PRONINC estimula, embora indiretamente, o surgimento de novas políticas públicas que cada vez mais são demandadas pelos coletivos econômicos populares e solidários.

A economia solidária estimulando políticas públicas

A partir do que foi demandado na I Conferência Nacional de Economia Solidária, vê-se a necessidade da formulação de políticas públicas que possam atender às demandas deste crescente setor da economia. Um exemplo desta demanda é a que emanou de quatorze grupos de trabalho dos vinte e cinco que foram constituídos durante a Conferência, que requereram o fortalecimento de políticas para a economia solidária enquanto outros dezessete cobraram a constituição de um Fundo Nacional que deve ser operacionalizado pelo Governo Federal e terá o objetivo central de servir como o financiador das atividades relacionadas com a economia solidária (ANAIS, 2006).

Só estas indicações já bastariam para justificar o estímulo que a economia solidária vem dando ao surgimento de políticas públicas, porém várias outras ações estão sendo desenvolvidas por centenas de prefeituras brasileiras e em vários Estados da Federação. Além do mais, vários Ministérios e bancos do governo federal desenvolvem políticas destinadas para o apoio, sustentação e desenvolvimento da economia solidária no Brasil. Merecem destaques as atuações do MDS Ministério do Desenvolvimento Social, do MDA Ministério do Desenvolvimento Agrário, do MEC Ministério da Educação, do MMA Ministério do Meio Ambiente, do MCT Ministério da Ciência e Tecnologia através da FINEP Financiadora de Estudos e Projetos e do MTE - Ministério do Trabalho e Emprego, através da SENAES -

Secretaria Nacional de Economia Solidária. Estas políticas foram em quase sua totalidade gestadas e implementadas a partir da criação da SENAES, que significou o marco para a instalação de políticas públicas federais no campo da economia solidária.

Pode-se assegurar que a economia solidária no Brasil tem sido um dos setores da economia mais observados, do ponto de vista das políticas públicas, precisamente por se estar tentando fazer inclusão social através do exercício de práticas econômicas. É evidente que esta atenção dada às atividades de economia solidária tem sido volumosa quando comparada com anos anteriores nos quais não se observava nenhuma política pública com esta visão. E é exatamente por isto que se destaca a necessidade de que estas políticas cresçam e que sejam destinadas quantias volumosas de recursos orçamentários dos governos, na expectativa de que possam colaborar com o crescimento e desenvolvimento desta nova economia.

O cooperativismo popular

Na contribuição do desenvolvimento da economia solidária no Brasil estão as cooperativas. Pelo que demonstra o ATLAS (2006), as cooperativas representam 115 do total de 14.954 empreendimentos mapeados no segundo semestre de 2005, em 2.274 municípios espalhados por todas as regiões brasileiras. No entanto, se considerarmos que boa parte dos 33% de grupos informais e 54% de associações que foram mapeados manifestaram a vontade de se transformarem em cooperativas para adquirirem a condição jurídica necessária para poderem realizar qualquer transação financeira ou econômica, pode-se assegurar que o número de cooperativas do campo da economia solidária tende a aumentar. Porém, é preciso destacar de que tipo de cooperativas se está falando. É evidente que não se refere às chamadas cooperativas-empresas tradicionalmente predominante no Brasil nos últimos cem anos. Está-se falando de um novo tipo de cooperativa, que pode ser chamada de popular segundo os estatutos da Rede de ITCs criada em 1998,

“Parágrafo Único Cooperativas Populares são aquelas criadas por iniciativa de grupos de desempregados ou que vivenciem situação de emprego/trabalho precarizado”.

Reforçando esta definição, Oliveira (2006) afirma que a discussão sobre o cooperativismo brasileiro remete a uma reflexão de pelo menos três grandes correntes de compreensão do cooperativismo: a primeira, que o considera como um fim em si, defendida pela maioria dos integrantes do sistema liderado internacionalmente pela

Aliança Cooperativista Internacional. A segunda, que o considera como um instrumento para reforçar os princípios liberais, representada, por exemplo, por líderes cooperativistas das chamadas cooperativas agropecuárias brasileiras. E a terceira, que o considera um instrumento para negar a ordem liberal e servir como fundamento para construção de fontes alternativas aos seus efeitos negativos.

Segundo OLIVEIRA (2006) o cooperativismo popular aproxima-se desta última corrente e pode ser definido a partir das considerações apresentadas por GUIMARÃES (2000), para quem o cooperativismo popular é plasmado a partir de práticas em que os princípios cooperativistas vão sendo enraizados e absorvidos no sentido de conduzir trabalhadores de baixa renda, integrantes das camadas populares e excluídos dos processos de mercado, a praticarem autogestão e elaborarem novas formas de produção, distribuição e consumo. Muito mais do que buscar apenas a renda, busca-se exercitar a cidadania.

Para OLIVEIRA (2002:24), estas cooperativas atuam na perspectiva de *“resgatar a origem do movimento cooperativista e reforçar as iniciativas de cooperação, enquanto integrantes de um movimento histórico de busca de alternativas ao capitalismo”*. Neste sentido, atuam *“Na contraposição ao cooperativismo tradicional, com seu conservadorismo político e seu perfil empresarial”* (Op. Cit.: 24).

Nesta mesma linha de raciocínio encontra-se CULTI (2002), que afirma que essas cooperativas *“são impulsionadas predominantemente, por duas situações uma, para evitar a perda de mais postos de trabalho diante da situação em que as empresas empregadoras entram em processo de falência ou extinção”* (Op. Cit.:6). E outra que *“visa possibilitar a reinserção na produção, de pessoas que já foram dela excluídas (...) Estas cooperativas se diferenciam pelo caráter operário e democrático e vêm em resposta à crise do trabalho”*. (Op. Cit.: 6).

Contribuindo para o fortalecimento destas definições, ICAZA e TIRIBA (2003) argumentam que o cooperativismo popular é um ambiente no qual se pode praticar um tipo de economia popular e no qual o esforço desprendido pelo trabalho é em benefício do próprio trabalho, gerando condições específicas para que, no seu desempenho, se possam estabelecer alianças com outras formas de relações, por exemplo, com o movimento social, com os sindicatos e com outras organizações que pensam uma nova ótica para os processos de mudanças. A partir de discussões como estas, Oliveira (2006) afirma que:

“Nesse tipo de cooperativismo, pressupõe-se uma aproximação acentuada do exercício dos princípios

fundamentais da cooperação², da prática da autogestão³ e da busca da composição de alianças estratégicas⁴ contra a pobreza e a exclusão social. Também, trata-se de um tipo de cooperativismo que se pressupõe aproximar-se de uma certa articulação com os movimentos de luta pelo exercício fundamental da cidadania⁵. (Op. Cit.: 76).

Reforçando este debate, OLIVEIRA (2006) defende que o cooperativismo popular está se estruturando sob organizações cooperativas que agem ao mesmo tempo como cooperativa e como entidade representativa de defesa dos direitos de seus membros, numa espécie de sindooperativa. Esta forma de organização cooperativista pode ser considerada como a antítese da neutralidade política defendida pela corrente rochdaliana, transformando-se num instrumento de luta política e econômica que incorporando tentáculos o transforma em uma espécie de contrapoder cooperativo, sobre o qual referem-se, por exemplo, OLIVEIRA (1996), ALENCAR (1993) e RIOS (1987).

Considerando estas variantes de pensamento, OLIVEIRA (2006) resume que se está tratando de um tipo de cooperativismo que cada vez mais se envolve com a busca de alternativas para a geração de emprego e renda e para a minimização da exclusão social. Aliado a essa busca, está o exercício da solidariedade através das práticas de confiança e ajuda mútua, e da cooperação através do exercício da autogestão. Assim, esse cooperativismo possui uma forte relação com o movimento de economia solidária no Brasil.

Sinergia das cooperativas populares com a economia solidária

Ao considerarmos a importância das cooperativas populares no desenvolvimento das práticas de economia solidária, podemos perceber as sinergias que são estabelecidas entre elas. As sinergias mais evidentes estão demonstradas na relação que tanto o cooperativismo popular quanto a economia solidária possuem com o exercício da solidariedade e com as práticas de cooperação. Portanto, pensar em cooperação e solidariedade é pensar sinergias entre estes dois campos. Mas como se caracterizam estas sinergias?

O exercício da solidariedade caracterizado a partir das práticas de ajuda e confiança mútua que tem muita relação com as discussões e pesquisas acerca da construção de capital social⁶, são extremamente consideradas em todas as atividades de economia solidária. E, por outro lado, o exercício da cooperação, compreendida a partir das sugestões de MARX (1983),

sobretudo em sua considerada espinha dorsal, a autogestão, é uma das bases fundamentais de sustentação da economia solidária. Esta solidariedade e esta cooperação, além de representarem suportes vitais para a economia solidária, representam, em medida muito semelhante, as bases de sustentação do cooperativismo popular.

No Brasil as demandas por alternativas ao desemprego e à exclusão social nos últimos anos foram as impulsionadoras da sedimentação, crescimento e desenvolvimento tanto da economia solidária quanto do cooperativismo popular. De acordo com autores como GOHN (2003), as cooperativas que fazem parte desse tipo de cooperativismo passam a compor um conjunto de organizações que, mais do que representar uma forma de buscar condições econômicas para a sobrevivência, servem para reforçar as lutas populares contra o atual estágio de desenvolvimento econômico. Estágio este que é levado adiante sob a orientação dos paradigmas estruturantes do liberalismo como, por exemplo, a prática da competição, da propriedade individual e da busca do lucro a qualquer custo (predatório dos recursos naturais e do meio ambiente, excludente de grandes contingentes populacionais etc.) como forma de remuneração do capital.

A partir destas compreensões, OLIVEIRA (2006) argumenta que as cooperativas populares estão ajudando a plasmar uma forma diferenciada de atuar em determinados setores da economia, precisamente, na economia solidária.

As sinergias entre a economia solidária e o cooperativismo popular são ainda mais evidentes quando se considera certas determinações, como as que se encontram nos Estatutos da Rede de ITCPs quando afirmam em seu Art. 3º, Letra C, que uma de suas funções é “desenvolver e disseminar conhecimentos sobre Cooperativismo e Auto-Gestão, contribuindo para o desenvolvimento da Economia Solidária”.

Por sua vez, a Carta de Princípios do FBES afirma que: “*Nos primórdios do capitalismo, as relações de trabalho assalariado, principal forma de organização do trabalho nesse sistema, levaram a um tal grau de exploração do*

² Ver sobre isto MARX (1983) e BORGADUS (1964).

³ Ver, por exemplo, FARIA (1985) e CARVALHO (1983).

⁴ Ver OFFE e WIESENTHAL (1986).

⁵ Compreendida como o que consideram OLIVEIRA e BAVA (1999).

⁶ Ver sobre isto, por exemplo: BAGNASCO, Arnaldo; PISELLI, Fortunata; PIZZORNO, Alessandro e TRIGILIA, Carlo. El capital social: instrucciones de uso. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003.

trabalho humano que os(as) trabalhadores(as) organizaram-se em sindicatos e em empreendimentos cooperativados. Os sindicatos como forma de defesa e conquista de direitos dos/as assalariados/as e os empreendimentos cooperativados, de auto-gestão, como forma de trabalho alternativa à exploração assalariada”⁷.

Estas duas contribuições destacam que o cooperativismo popular surge para reforçar as práticas de economia solidária e que as suas histórias possuem muito de comum e de sinérgico.

Apontamentos sobre as necessidades que os diálogos e sinergias no campo da economia solidária provocam

Os diálogos ocorridos entre a economia solidária e o cooperativismo popular (sobre os quais a partir do PRONINC se podem apresentar bons exemplos) demonstraram que é necessário a continuidade e aprofundamento das políticas públicas para que se possa reforçar as ações e atender às demandas do movimento de economia solidária no Brasil.

Será o estabelecimento de novas ações e estratégias como a do próprio PRONINC, que estimularão e provocarão, ainda mais, novas formas de diálogos e sinergias entre a sociedade civil organizada e o Estado, entre a universidade e as camadas menos favorecidas da sociedade. Mas, sobretudo, entre os próprios empreendimentos de economia popular e solidária dentre os quais se incluem as cooperativas populares. Desta maneira pode-se estar ajudando a concretização permanente de articulações que reforcem, por exemplo, algo que se desenha como nova demanda no campo da economia solidária, que são as redes ou cadeias populares e solidárias de produção, distribuição e consumo de bens e serviços no Brasil.

Considerações finais

Conforme indica o Atlas da Economia Solidária no Brasil, uma das tendências para que a economia solidária se fortaleça é a necessidade da articulação entre os empreendimentos solidários. Neste sentido, o PRONINC, nas suas versões ou fases subseqüentes, deverá designar boa parcela de suas intenções e desdobramentos sobre a formação e funcionamento de redes e cadeias solidárias. Serão estas redes e cadeias que ajudarão e darão mais visão econômica e política aos empreendimentos solidários no sentido de, por exemplo, ajudar na agregação de valores aos produtos e serviços oriundos da economia solidária. Desta forma, as cooperativas populares podem estar ajudando em muito estes novos

desenhos de produção, distribuição e consumo de bens e serviços, exatamente porque elas podem estar utilizando um expediente que lhes é muito particular, ou seja, o ato cooperativo que é caracterizado pela troca de bens e serviços entre cooperativas associadas entre si, com isenção de determinados tributos. Estas ações podem representar, indiretamente, valiosos subsídios para a economia solidária no Brasil e para o desenvolvimento mais integrado de políticas públicas.

Considerando este novo desafio, espera-se que a nova fase do PRONINC possa dar evidência a este tipo de atividade, ou seja, é vital que o PRONINC dialogue com outras políticas públicas. Um bom exemplo é o Programa Bolsa Família que atinge a milhões de pessoas no país. O PRONINC, que serve de elo entre as ITCPs e a Economia Solidária, poderia destinar parte de suas atenções e práticas para públicos como os do Bolsa Família que necessitam da geração de trabalho e renda de maneira autogestionária.

Referências bibliográficas

- ALENCAR, E. **Nova abordagem cooperativista - cooperativa como um instrumento de contraposição**. Lavras: UFLA-DAE, 1993. p. 9 (Apostila).
- ANAIS DA I CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Brasília-DF: 2006. p.107.
- Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005**. Brasília: MTE/SENAES, 2006. 60 p.
- BAGNASCO, Arnaldo; PISELLI, Fortunata; PIZZORNO, Alessandro e TRIGILIA, Carlo. **El capital social: instrucciones de uso**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003. p. 89-121.
- Borgadus, Emory S. **Princípios da cooperação**. Rio de Janeiro/São Paulo: Lidador, 1964a. 91p.
- CARVALHO, N.V. **Autogestão: o governo pela autonomia**. São Paulo: Brasiliense, 1983. 156p.
- CULTI, Maria Nezilda. **O cooperativismo popular no Brasil: importância e representatividade**. In: Congreso Europeo de Latinoamericanistas. Amsterdam. Holanda, 2002.
- FARIA, J.H. **Relações de poder e formas de gestão**. Curitiba: Criar/CDE/FAE, 1985. 87p.
- Gohn, Maria da Glória (Org.). **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. 143p.
- Guimarães, Gonçalo. (Org.). **Sindicalismo e cooperativismo**. São Paulo/Rio de Janeiro: ITCP-COPPE/RITCPs/Unitrabalho, 1999b.
- Icaza, Ana Mercedes Sarria; Tiriba, Lia. **Economia popular**. In: CATTANI, Antônio David. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003. 306p.
- Marx, Karl. **Cooperação**. In: _____. **O capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p.257-266.

⁷ Ver mais sobre a Carta de Princípios do FBES no site www.fb.es.org.br

Offe, Claus; Wiesenthal, Helmut. **Duas lógicas da ação coletiva: notas teóricas sobre classe social e a forma de representação.** In: OFFE, Claus. Problemas estruturais do estado capitalista. São Paulo: Tempo Brasileiro, 1986.

Oliveira, Benedito Anselmo M. de. **COPROCOL: um caso de contrapoder cooperativo?** 1996. 132p. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG.

Oliveira, Francisco; Bava, Silvío Caccia. **O que é formação para a cidadania?** 1999. Disponível em:

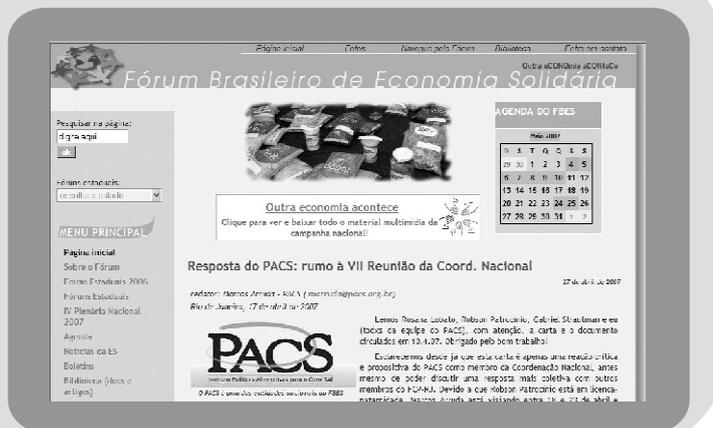
<<http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/textos/coliveira.htm>>. Acesso em: 10 dez. 2006.

RIOS, Gilvando Sá Leitão. **O que é cooperativismo?** São Paulo: Brasiliense, 1987. 70p. (Coleção Primeiros Passos, 189)



Outra eCONOMia a CONteCe

Fórum Brasileiro de Economia Solidária



Fórum Brasileiro de Economia Solidária
www.fbes.org.br



Entrevista

Crispim Moreira

A relação possível entre programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, e a alternativa econômica trazida pelas incubadoras de cooperativas populares é o tema abordado nesta entrevista por Crispim Moreira. Diretor de segurança alimentar do Ministério de Desenvolvimento Social, ele também participa do comitê gestor do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (Proninc).

Como o Ministério do Desenvolvimento Social MDS percebe as possibilidades de interação entre o Programa Bolsa-Família e a atuação das Incubadoras de Cooperativas Populares como iniciativas que buscam fortalecer o campo da economia solidária?

Crispim As Incubadoras de Cooperativas Populares são atores sociais importantes para a realização concreta de um componente essencial do Programa Bolsa Família que é o das ações complementares ao benefício da transferência de renda com condicionalidades previstas na lei e no decreto de criação do Programa. A tecnologia social da incubação de empreendimentos solidários desenvolvida pelas Incubadoras e pelo conjunto das iniciativas vinculadas às redes de Incubadoras Universitárias como aquelas inseridas no PRONINC podem prestar serviço público de formação, assessoria e acompanhamento de empreendimentos familiares e coletivos de parcela considerável de beneficiários do programa. A interação do Programa Bolsa Família com as ações das incubadoras é uma alternativa para a

inclusão produtiva e social das famílias pobres e sem trabalho nas cidades brasileiras.

Como são percebidas as possibilidades de interfaces entre o MDS e Proninc, tendo em vista a configuração de iniciativas voltadas para a construção de soluções mais estruturais, que demandam ações de médio e longo prazo?

Crispim Esta interface remete para a possibilidade do aperfeiçoamento, articulação e consolidação de sistemas públicos de desenvolvimento social tais como o SUAS e o SISAN respectivamente os sistemas de Assistência Social e de Segurança Alimentar protagonizados pela sociedade e o governo brasileiro com a intensa participação e coordenação do MDS. A afirmação político-instrucional da experiência das Incubadoras no marco legal e conceitual do Plano

Nacional de Economia Solidária aprovado no I Congresso Nacional de Economia Solidária realizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária sem dúvida representa uma possibilidade concreta para as famílias de baixa renda e socialmente excluídas alcançarem por seus próprios meios e com o apoio do Estado brasileiro a emancipação econômica por meio do trabalho ■





Entrevista

Paul Singer

Os desafios das incubadoras universitárias para aumentar sua escala de intervenção e o reconhecimento da economia solidária como alternativa se articulam no pensamento de Paul Singer nesta entrevista. Titular da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), Singer também coordena o comitê gestor do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (Proninc).

Como o Sr. avalia o papel do Proninc frente a outras políticas executadas pela Secretaria Nacional de Economia Solidária?

Singer A Senaes apóia todo tipo de política de fomento à economia solidária: acompanhamento de empresas recuperadas pelos trabalhadores, de cooperativas de recicladores de resíduos sólidos, de grupos de jovens formados pelos Consórcios Sociais de Juventude etc. O Proninc se distingue destes programas na medida em que a incubação se distingue do acompanhamento. Para mencionar apenas a diferença mais importante: as incubadoras são programas de extensão universitária que prestam serviços tanto a grupos de produção ou cooperativas populares, como também à própria universidade, ao trazer a esta o conhecimento ganho pela interação direta com agrupamentos da população mais carente e marginalizada. As incubadoras estão na origem da crescente onda de dissertações e teses que abordam a economia solidária sob grande variedade de aspectos.

Como os resultados alcançados pelo Proninc e sua atuação no desenvolvimento da economia

solidária são percebidos e podem contribuir para o processo de institucionalização no Programa no interior do Ministério do Trabalho?

Singer O Proninc tem recebido crescente apoio de bancos públicos e ministérios do governo federal, o que comprova que os resultados alcançados pelo programa são altamente apreciados nos setores do governo que lidam com a inclusão econômica e social e com o combate à pobreza. Na medida em que se reconhece o potencial da economia solidária nesta frente de batalha, torna-se provável que o apoio ainda aumentará mais no futuro.

Que perspectivas podem ser apontadas para tentar conciliar as tendências de aumento nas demandas por atendimentos a determinado público-alvo, cadeias produtivas e territórios, muitas vezes postas por integrantes do próprio Comitê Gestor do Proninc, e a disponibilidade de recursos para a manutenção das estruturas das incubadoras, garantindo o desenvolvimento das vertentes ligadas aos estudos e pesquisas que permitam a visualização de

soluções a médio e longo prazo?

Singer Estou convencido de que as incubadoras estão fadadas a desempenhar papel cada vez mais importante na construção de um outro desenvolvimento que ao contrário do capitalista não eleva a desigualdade entre incluídos e excluídos porque é realizado com o propósito explícito de não excluir ninguém. Por isso, aumentam as demandas pelos serviços das incubadoras que, no entanto, cobrem apenas o custo direto da prestação dos mesmos. Para realizar esta missão, as incubadoras têm de formar o tempo todo novos formadores, realizar atividades de aprofundamento metodológico e de incubação de novas incubadoras. Além dos estudos e pesquisas mencionadas na pergunta.

O Comitê Gestor do Proninc está estudando proposta nossa de destinar uma porcentagem adicional dos recursos gastos em atendimento a grupos a estas atividades de desenvolvimento quantitativo e qualitativo das incubadoras. Esperamos que em breve medidas nesta direção sejam adotadas pelo Proninc ■



ACD Confecções, empreendimento incubado pela ITCP- Unochapecó

O projeto político pedagógico e a cooperativa popular

Pedro Cláudio Cunha Bocayuva *

* Diretor da FASE e Coordenador Geral do Projeto de Acompanhamento do PRONINC.

“O objetivo da ação dialógica está em proporcionar que os oprimidos, reconhecendo o porque e o como de sua ‘aderência’, exerçam um ato de adesão à práxis verdadeira de transformação da realidade injusta.”

Paulo Freire

Apresentação

O conjunto dos projetos apoiados pelo PRONINC com as ITCs - Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares já permite um esboço de reflexão teórica sobre alguns elementos fundamentais que orientam o processo de incubação de cooperativas populares.

A articulação das dinâmicas processuais da incubação combina a abordagem educativa e a perspectiva sociológica e configura o que podemos denominar de projeto político-pedagógico voltado para a inserção social através da organização dos grupos populares no processo de trabalho associado.

A construção de sua tecnologia de aprendizagem tem foco na dimensão do trabalho cooperativo autônomo e relaciona experiência democrática na sua face autogestionária com o reconhecimento e institucionalização da associação e da cooperativa popular. A metodologia de incubação já se constitui em paradigma como ferramenta estratégica para o enfrentamento das desigualdades sociais e ganha contornos sistemáticos para sua difusão no âmbito de políticas públicas.

O processo de incubação articula a afirmação da cidadania, na chave das mudanças qualitativas nas formas de organização do trabalho, de modo a superar as estratégias econômicas de sobrevivência e a posição marginal das classes proletarizadas. O enfoque estratégico que se abre é o da superação da posição dos grupos populares como reserva da força de trabalho na situação degradante em que se encontram amplos segmentos da população brasileira.

Por isso, com base na análise do quadro desenhado ao longo da sistematização do acompanhamento do PRONINC, podemos lançar a pergunta: Como sintetizar o

discurso teórico que se afirma na experiência das incubadoras universitárias tecnológicas de cooperativas populares?

A resposta provisória indica que o ponto de partida genealógico está na educação popular, ou melhor, na pedagogia emancipadora inaugurada por Paulo Freire que agora se entrelaça com novos desafios e espaços numa agenda de conflitos e lutas sociais que não aceita as separações próprias ao pensamento e às instituições dominantes na sociedade brasileira.

Somente com um pragmatismo radical, dialógico e crítico que se traduz numa forma de experimentação direta como “práxis” constitutiva de uma nova tecnologia social como emerge da ação das Incubadoras, poderemos apoiar de maneira decisiva a superação das limitações de processos empíricos que caracterizam a tradição das formas de apoio e capacitação de grupos populares, trabalhadores autônomos e da pequena produção que marca os circuitos de economia popular. E, ainda mais, influir nos rumos do quadro crítico que afeta o regime salarial pressionado pela precarização com informalização e desemprego estrutural. Mas o alcance desses esforços de organização popular via cooperativismo e autogestão² depende diretamente das lutas da classe trabalhadora, das políticas públicas de trabalho e seguridade social e das opções estratégicas de caráter macroeconômico.

¹ Vide pg. 205 de FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*, 13ª edição. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1983.

² Para a relação entre cooperativismo e autogestão vide MIGLIARIO, Luís Razeto. *Las empresas cooperativas*. Santiago: Programa de Economía del Trabajo, 1990.

Círculo de cultura e projeto político educativo

A pedagogia da autonomia que se volta para a emancipação dos oprimidos está na base da metodologia do fazer-se sujeito adotada nos ambientes de aprendizagem construídos pelas incubadoras. A palavra geradora reflexivamente apropriada permite que o sujeito escreva sua narrativa com a força individual que dialogicamente nasce no círculo de cultura. A educação como prática da liberdade se inscreve pela reflexividade na experiência do indivíduo, na interação educador-educando, no espaço de um grupo.

A conexão entre os contextos sociais e culturais nos quais se dá a prática educativa faz do construir-se sujeito da palavra-escrita uma parte da nossa memória histórica das lutas pela cidadania. Já que na luta pela alfabetização se construía o eleitor pela via da conquista do direito ao voto concomitante à luta por reformas sociais de base, processo inaugural de uma perspectiva de incorporação das massas populares ao processo de democratização antes de 1964. A educação como prática de liberdade se forjou nesse processo que relacionava a educação como mobilização democrática que atravessava o território com um potencial de reforma intelectual e moral que apoiava as lutas dos trabalhadores da cidade e do campo.

O longo ciclo de transformações promovidas pela modernização conservadora e, nos dias de hoje, a reestruturação realizada pelo neoliberalismo, a globalização e a automação flexível exigem mudanças que concretizem a pedagogia do oprimido face à dialética concreta das transformações na divisão do trabalho e do conhecimento nas sociedades afetadas pela acumulação transnacional financeirizada. Na contemporaneidade, o novo século ampliou as exigências históricas, fazendo com que as práticas educativas forcem a reflexão teórica da pedagogia a sair de uma dialética existencial crítica para uma dialética produtiva e reprodutiva na chave dos processos concretos da acumulação flexível e ilimitada. Isso é necessário, posto que as condições da centralidade do trabalho e dos modos de regulação jurídica foram afetadas com os novos impulsos que levam o capital ao processo de exploração do trabalho pela desterritorialização, pelo desemprego estrutural e pela precarização. Os seus efeitos mais perversos resultam no cenário periférico de um processo de flexibilidade de direitos e fragmentação dos que vivem da venda da sua força de trabalho.

Na sua gênese, a pedagogia do oprimido se articulava na dimensão antropológica da construção de sujeitos sociais da emancipação e da descolonização na experiência dos países periféricos ao sistema mundo capitalista. O

trabalho de Paulo Freire foi antecipando os passos de uma pedagogia dialógica da autonomia que se converteu nas práticas de organização autônoma das classes subalternas. As intervenções educativas geraram mediações por força dos diferentes modos de ações coletivas que deram as linhas para uma vasta gama de traduções situacionais da prática educativa.

Para o humanista da construção da consciência transformadora pelo projeto político-educativo, a metodologia derivada da pedagogia do oprimido destaca a reflexão consciente e auto-organizativa dos sujeitos sociais. O avanço na consciência e na prática dos movimentos se dá pela luta coletiva que ganhou grande impulso no manejo do pensamento-ação. Historicamente, o impacto emancipador das dinâmicas dialogais, colaborativas e críticas na relação educador/educando gerou conquistas nas dimensões do acesso aos direitos, ao saber e ao poder. Modificou os contextos institucionais e as relações de força dentro e fora das escolas, das associações, dos sindicatos, das cooperativas e dos partidos políticos. Ampliou conquistas para os setores oprimidos e resultou em políticas públicas redistributivas. O projeto educativo se mostrou capaz de atuar na grande escala dos movimentos coletivos e na micro-escala dos grupos populares. Entretanto, hoje precisa passar para o terreno do complexo acesso aos meios de produção e reprodução social por força da mudança na lógica do capital.

As dinâmicas participativas que mobilizaram a sociedade brasileira nas grandes lutas sindicais da classe trabalhadora e nas grandes mobilizações cívicas se refletiram no processo de ampliação dos direitos reconhecidos na luta pela Constituinte. Na atualidade esse enfoque educativo ganha concretude em recortes voltados para a qualificação profissional e para a organização de atividades cooperativas. Atinge o processo e a política do trabalho na forma das políticas, programas e projetos que buscam a cooperação horizontal e a autogestão através de redes sociais presentes nos espaços agrários e urbanos. A partir do cotidiano e dos saberes aficados, as necessidades e potencialidades da população puderam constituir um projeto político-pedagógico com um sentido que, através da práxis, pode transformar a vida da escola, da Universidade, as trajetórias de produção, reprodução e transmissão de saberes. Todo o debate e a experiência dessa construção interage com a totalidade da reprodução social e a cultura. Interage no cotidiano através dos conflitos e nas relações de força através das estratégias organizadas que nascem das lutas pela sobrevivência e se escrevem, reflexivamente, na educação popular como fio condutor para o diálogo dos saberes. O trabalho de Paulo Freire se encadeia numa longa série de elaborações do pensamento e da ação.

Mantém-se vivo através de operações críticas que se voltam para a mesma necessidade de ruptura com as cadeias do submetimento ideológico. A tarefa prática atual busca se relacionar com a constituição de sujeitos de luta pela emancipação como uma nova centralidade do trabalho pela via do cooperativismo, levando os agentes formadores a uma busca da construção da subjetividade crítica relacionada aos processos produtivos. O objetivo clássico da ontologia humanista se transforma em projeto de construção de formas sociais alternativas na dialética do trabalho unificando o plano da ação intersubjetiva com o plano da atividade produtiva.

A atuação do capital e a cultura tecno-burocrática e oligárquico-autoritária, que restringem o lugar dos sujeitos ao quadro darwinista de seleções e interdições, se sustentam nas formas ideológicas e nos processos materiais do desencaixe, da desfiliação e da desqualificação do trabalho. A dialética emancipatória do método da autonomia que deriva da pedagogia dialógico-crítica, se gesta em oposição ao complexo ideológico dos poderes ampliados de bancarização do conhecimento, do saber competente e da forma disciplinar da exigência da servidão voluntária chamada empregabilidade. Esse processo clássico de destituição da força subjetiva do trabalho social se traduz nos currículos retrógrados e na didática funcional voltada para fragmentar os corpos e as mentes. Traduz-se na coerção física e moral da mercantilização da vida que está voltada para a apropriação da potência produtiva dos sujeitos e na contínua dominação dos modos de produção da ciência e das técnicas. A reapropriação crítica do conhecimento, a partir desse enfoque metodológico de Paulo Freire, teve no passado recente os contornos de uma pedagogia de compromisso com a mudança estrutural inscrita na chamada educação popular.

A incubação das cooperativas populares segue essa linha paradigmática geral. Mas apresenta uma mudança permeada por enfoques mediados pelos avanços da crítica aos limites de um processo que precisa levar em conta os avanços e a complexidade de uma leitura crítica dos diferentes saberes espontâneos, tanto os da consciência popular espontânea quanto os da ideologia cientificista e tanto os do populismo quanto os do estruturalismo. Caminha para a construção de uma dialética concreta, aberta e de reconstrução de novos possíveis teóricos e práticos que levem em conta as transformações materiais e imateriais que afetam o sistema das relações de produção e as forças produtivas.

O processo de incubação parte da mesma aposta na potência intelectual e material que nasce dos grupos populares e das suas lutas. Apóia as mudanças nos contextos formativos e ambientes de aprendizagem. E afirma o projeto político-educativo voltado para o

cooperativismo popular buscando trajetórias construtivistas de maior densidade em termos de modelos, meios, saberes e processos. As práticas de incubação estabelecem uma interação com os sujeitos do processo de ensino e aprendizagem que transforma contextos pela estratégia de reforço para o processo organizativo e a capacidade produtiva e isso exige atitudes criativas que lidam de forma crítica com os processos espontâneos.

A transmissão, a difusão e construção de trajetórias de produção de conhecimentos, dialogando com os saberes oriundos das experiências diretas dos grupos populares com seus saberes práticos e profissionais, se desenvolvem ao lado do manejo das ferramentas técnicas específicas aplicadas à gestão sistemática e democrática dos meios e instrumentos de produção. As Incubadoras atuam pelas novas linhas de pesquisa, ensino e extensão para dentro e para fora das Universidades reconstruindo as trajetórias de C&T - Ciência e Tecnologia e P&D - Pesquisa e desenvolvimento. A ação das ITCPs se desenvolve manejando as dimensões interdisciplinares e transdisciplinares, fomentando a experimentação e transformando os padrões organizativos com vistas ao binômio cooperativismo e autogestão.

Autonomia³ dos grupos e incubação

Nos movimentos mais recentes de articulação da complexidade como categoria fundamental para as interações e diálogo dos saberes no processo de construção das estratégias com base na intersubjetividade como espaço de interação voltado para a descolonização do mundo da vida, o tema da divisão social e da distribuição desigual do acesso ao saber se torna uma questão-chave da crise da ciência e da crise das formas sociais do trabalho subordinado. A busca pela autonomia se inscreve no desafio para enfrentar a exclusão da escola, a subordinação e a exclusão do mundo trabalho e a produção da desigualdade no acesso ao conhecimento. O tema da autonomia se inscreve tanto no trabalho quanto na interação social e coloca em questão a dimensão instrumental e a intersubjetiva na forma dominante dos sistemas de segregação constantemente reproduzidos.

A autonomia dos educandos deve ser lida no plano da experiência coletiva, na linha da vida, recortada pela escala dos grupos, rompendo com os planos abstratos da individuação e da socialização; rompendo com o

³ Para um debate sobre o projeto de transformação social e a autonomia dos trabalhadores vide CASTORIADIS, Cornelius. Socialismo ou barbárie: o conteúdo do socialismo. São Paulo: Brasiliense, 1983.

hiperindividualismo e a fragmentação do ensino disciplinar; rompendo com a abstração positivista e funcionalista que não leva em conta os contextos espaço-temporais reais em que os grupos interagem com a escala mais ampla das multidões.

O corte entre a grande e a pequena escala organizacional se torna chave, assim como o corte entre a micro-política e o molecular na democracia interna aos grupos, na democracia nas organizações e na democracia direta deve ser recortado para lidar com o conjunto mais amplo da esfera pública e do regime democrático no plano geral da representação. A capacidade de auto-organização para a autogestão se articula através de uma cadeia de estruturas e instituições como os conselhos e as demais formas de organização de classe. O ponto de partida para esses processos de ampliação da autodeterminação na política, do autogoverno democrático, se constrói na relação com a autogestão que se relaciona com as formas emancipadas do poder colaborativo das consciências e o poder cooperativo da força social articulada pelo trabalho no processo produtivo direto de bens e serviços.

O efeito da cultura política da autonomia se relaciona com as formas de organização dos movimentos, sindicatos e grandes associações. No plano da ação cotidiana as atividades se dão em núcleos, células, círculos, organismos menores que interagem com escalas e complexidades maiores. As mediações organizativas, mesmo na era das redes telemáticas e no espaço das multidões nas grandes metrópoles, operam em recortes de grupalização e nucleação, como ocorre com os recortes menores das grandes instituições e do sistema escolar. Por isso o círculo cultural e o grupo popular são duas faces da mediação educativa da trajetória cultural-educativa inseparável da trajetória técnico-produtiva. Na dimensão orgânica do formato da empresa cooperativa, do empreendimento coletivo de caráter solidário, temos a ampliação dos conhecimentos, da sua consciência, do seu poder pela práxis organizada orientada por um projeto produtivo cuja natureza econômica não encobre sua dimensão político-cultural.

O cooperativismo formaliza-se sempre num número que nasce do movimento de formação dos grupos. A dinâmica do grupo está no centro da reflexão sobre a constituição do cooperativismo popular. No ponto em que os grupos formados nos contextos cotidianos de reprodução ou nas esferas de produção se transformam em sujeitos de cooperação autônoma inicia-se a trajetória de reconhecimento e afirmação sócio-produtiva. O grupo e a sua constituição como sujeito organizado por projeto de cooperação sócio-produtiva e capaz de gerar e articular mediações institucionais e de trocas, capaz de se apropriar e disputar meios e fins, se coloca no centro da metodologia do processo de incubação.

Entre o poder constituinte e a agenda neoliberal

O corte político da luta pelo reconhecimento de direitos e a definição da função social da propriedade na dinâmica Constituinte de 1988 reabriu a potencialidade de experimentar a democracia como autonomia⁴. A rearticulação dos movimentos sociais e as esferas públicas recoloca a autonomia no centro das questões relativas aos sujeitos da cidadania, à reestruturação globalista, à acumulação flexível. A desconstrução de direitos do trabalho só fez ampliar o conflito entre autonomia e heteronomia no trabalho, na política e no saber.

O tema da sobrevivência e reprodução social das classes populares ganha força no momento mesmo em que os instrumentos clássicos de integração se tornaram limitados para promover mudanças, dada a força do contexto macro-econômico e do ethos competitivo que domina parte da vida social. Os cenários que se desenham para a formulação das políticas sociais são pressionados pelas primeiras respostas assistencialistas e minimalistas ou repressivas e disciplinadoras.

O fracasso da agenda neoliberal abre, na chave do pragmatismo radical democrático, a necessidade de fortalecer e ampliar a autonomia e o poder de produção material e cultural dos grupos sociais populares enquanto sujeitos de estratégias alternativas que nascem com respaldo nas lutas sociais, nas atividades da economia popular e da pequena produção com base no trabalho precário difuso. Isto é, na direção de um projeto que combine autonomia e cooperação. A incubação se articula como projeto que se inscreve na transformação do grupo embrionário serializado que nasce da escassez, em grupo capaz de cooperar para um projeto de inserção social e produtiva. Trata-se de encontrar uma outra via de respostas que vá além das redes de proteção social e das formas de trabalho fragmentado, precarizado, subordinado e dependente, pois que se desenha uma alternativa pela dupla via: a da renda básica da cidadania e a da cooperação autônoma dos produtores.

Autonomia e a cooperação

Um conjunto de programas e projetos alternativos alcança um patamar de quase-políticas que precisa ser superado. Um contexto de reformas bloqueadas e de

⁴ Para o tema da radicalização da experimentação democrática e produtiva na chave de um projeto de construção da "segunda via" com base no pragmatismo radical para a inovação institucional e a cooperação econômica vide: UNGUER, Roberto Mangabeira. *Necessidades falsas. Introdução a uma teoria social antideterminista a serviço da democracia radical*. São Paulo: Boitempo, 2005.

limitações precisa ser ultrapassado para que se encontrem as condições de acesso aos fundos públicos, de modo a garantir as políticas universais, de modo a construir as condições institucionais favoráveis para fortalecer estratégias de autonomia política e cooperação produtiva como forma de mudança e desenvolvimento social.

O PRONINC, ao favorecer o desenvolvimento sistemático numa estrutura de construção-experimentação-aprendizagem voltada para o fortalecimento das formas produtivas no âmbito dos processos de formação de grupos populares, é uma ponte para um salto de qualidade nas formas de inserção produtiva como modo de superação de desigualdades em matéria de trabalho e renda. Seu impacto na organização e construção do projeto dos grupos populares, na relação com os aspectos ligados à produção, no reconhecimento e acesso aos espaços formais da economia e da política ganha contornos sistemáticos dando visibilidade e poder de mobilidade aos processos de formação dos grupos nas suas diferentes variações em termos de organização racional-legal.

O cooperativismo popular emerge na atualidade como a figura institucional que sintetiza a práxis educativa no seu vínculo com a crise dos padrões dominantes de reprodução social. O projeto técnico-produtivo atualiza o processo de formação (com destaque para a tecnologia social de incubação) do grupo enquanto fração organizada de segmentos populares que se afirma na via do reconhecimento. O grupo em fusão⁵ se fortalece como associação e cooperativa popular, na perspectiva de uma cidadania produtiva no interior de uma experiência mais ampla de afirmação de um novo setor da economia que se desdobra das lutas pela economia solidária nas suas diferentes formas.

A democracia, transformando a desigualdade e a violência através da conquista de direitos pela função social da propriedade, pela participação e controle público, pela associação, cooperação e organização dos indivíduos, afeta o quadro mais amplo do desenvolvimento sócio-econômico integral como parte de um projeto alternativo de sociedade. O poder constituinte liberado pela Constituição programática de 1988 definiu no plano jurídico os contornos do direito ao desenvolvimento pelo reconhecimento da cidadania, pois que ampliou e legitimou a perspectiva de transformação pelas políticas públicas e reformas sociais apoiadas no movimento social de criação de direitos e de experimentação democrática. As células da nova dinâmica produtiva se articulam pela via da justiça, como redistribuição de meios e acesso ao conhecimento, como economia solidária do trabalho a partir da difusão do cooperativismo e da autogestão.

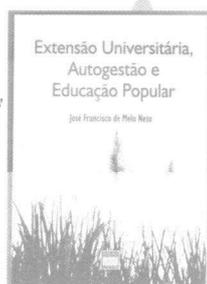
O reconhecimento e o protagonismo

A cooperativa popular vira, pela ação das ITCPs, uma célula básica da democracia dos produtores/cidadãos, como uma dimensão jurídica e institucional das transformações que marcam a virada da função do antivalor, como criação e distribuição do excedente social. A reciprocidade, a solidariedade e a igualdade saem do terreno abstrato para o terreno da luta. Saem do terreno da sociedade alienada e dilacerada e se inscreve no quadro de criação legal e legítima dos direitos de organização, no quadro geral de reconhecimento de um novo protagonismo para a reconstrução da economia política atravessando os mercados, desconcentrando a riqueza.

A cooperativa popular é a tradução atual dessa construção de autonomia que se opera no plano da subjetividade como projeto educativo, no plano do conhecimento como trajetória tecnológica inovadora em processos e produtos, no plano organizativo que se traduz em projeto produtivo de bens e serviços, no plano político do acesso aos direitos e da experimentação de novas formas institucionais.

Finalmente, a articulação das várias faces até agora separadas da aprendizagem, no corpo de uma metodologia que se orienta pela pedagogia emancipatória da educação popular, se faz com as abordagens de formação teórico-organizativa dos grupos em direção à autonomia e à liberdade.

Extensão Universitária, Autogestão e Educação Popular



José Francisco de Melo Neto
João Pessoa:
Editora Universitária – UFPB
2004
Coleção Extensão Popular

⁵ Para a concepção e "grupo em fusão" vide SARTRE, Jean-Paul. *Crítica da Razão Dialética*. Rio de Janeiro, DP&A, 2002.

**FASE NACIONAL**

Rua das Palmeiras, 90, Botafogo
22270-070, Rio de Janeiro - RJ
Tel:(021) 2536-7350
Fax:(021) 2536-7379

FASE-AMAZÔNIA

Rua Bernal do Couto, 1329, Umarizal
66055-080, Belém - PA
Tel: (091) 4005-3773
Fax: (091) 4005-3750

FASE-RIO

Rua das Palmeiras, 90, Botafogo
22270-070, Rio de Janeiro - RJ
Tel:(021) 2536-7371
Fax:(021) 2536-7379

FASE-MATO GROSSO

Rua 06 Qd.03, casa 18, Monte Verde
78200-000 Cáceres - MT
Caixa Postal 10
Tel: (065) 3223 4615
Fax: (065) 3223 7130

FASE-ESPÍRITO SANTO

Rua Graciano Neves, 377/2º pav.
29015-330, Vitória-ES
Tel: (027) 3322-6330
Fax: (027) 3223-7436

FASE-BAHIA

Rua Rio Branco, 93, Califórnia
45600-000 Itabuna - BA
Tel: (073) 3613-9129
Fax: (073) 3613-9076

FASE-PERNAMBUCO

Rua Viscondessa do
Livramento, 168 Derbi
52010-060, Recife-PE
Tel/Fax: (081) 3221-5478

PROPOSTA

Proposta nº 111 - Jan/Mar 2007

Revista Trimestral de Debate da FASE

Conselho Editorial

Ana Clara Torres Ribeiro
Grazia de Grazia
Haroldo Baptista de Abreu
Jean-Pierre Leroy
João Ricardo Dornelles
Jorge Eduardo Saavedra Durão
Leandro Valarelli
Luis César de Queiroz Ribeiro
Márcia Leite
Maria Emília Lisboa Pacheco
Orlando Alves dos Santos Junior
Paulo Gonzaga
Pedro Cláudio Cunha Bocayuva
Ricardo Salles
Rosemary Gomes
Sandra Mayrink Veiga
Virgínia Fontes
Regina Leite Garcia

Diretor Responsável

Pedro Cláudio Cunha Bocayuva

Editora

Gloria Regina Amaral

Jornalista responsável

Fausto Oliveira

Organização do Nº 111

Ana Paula de Moura Varanda
Pedro Cláudio Cunha Bocayuva

Revisão e Copydesk

Sandra Mayrink Veiga

**Projeto gráfico /
Diagramação**

Casa da Comunicação

Fotos

Acervo FASE

Informações e Vendas

Tel. (021) 2536 7350
Fax: (021) 2536 7379
E-mail: comunicacao@fase.org.br

www.fase.org.br

Todas as opiniões emitidas nos artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores.

Apoio